



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: EDIR SALES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27/09/2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Boa tarde, senhoras e senhores.

Na qualidade de membro da Comissão de Saúde e Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 13ª audiência pública do ano de 2019, convocada para hoje, 27 de setembro de 2019.

Esta audiência pública está sendo realizada em atendimento ao requerimento 36/2019, de minha autoria, aprovada em reunião ordinária desta comissão no dia 4 de setembro de 2019, para discutir o combate às mudanças climáticas na cidade.

Informo que esta audiência pública é transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, link *AuditoriosOnline*.

Vou suspender a audiência por alguns minutos para que façamos a composição da Mesa e para que estabeleçamos a dinâmica dos trabalhos, em comum acordo com as pessoas presentes, tanto do governo quanto da sociedade civil.

Estão suspensos os trabalhos por alguns minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Vereador Gilberto Natalini.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Reabertos os trabalhos.

Para compor a nossa Mesa convido a Sra. Marília Cunha, representando a Coalizão pelo Clima de São Paulo – para fazer justiça, foi a pessoa que me pautou; combinamos, juntos, a realização desta audiência pública –; e os Srs. Antonio Rudnei Denardi, representante da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes; Rafael Golin Galvão, representando a Autoridade Municipal de Limpeza Urbano; Luiz Gylvan, ilustre professor do Estudo de Estudos Avançados da USP. Uma salva de palmas ao professor, por favor. (Palmas) Também convido para compor a Mesa a Sra. Thais Mauad, professora associada do Departamento de Patologia da USP.

Audiência pública é para ouvirmos; também falar, mas ouvir, principalmente. Então, como nós temos alguns convidados, nós vamos dar a palavra às pessoas que estão aqui, que terão, cada um, cerca de dez minutos. Após cessar as palavras da Mesa, abrimos a palavra

para quem quiser falar. Quem quiser pode se inscrever para usar a palavra. Pelo Regimento da Câmara, cada orador convidado da plateia tem três minutos para expor as suas ideias. Tem que ter uma capacidade de síntese enorme. Inscrevam-se com a Assessoria as pessoas que queiram usar a palavra.

Quero apensar fazer uma introdução.

Eu trabalho na Câmara com as questões climáticas desde que eu entrei aqui, em 2001. Nós criamos a Conferência de Produção Mais Limpa e Mudanças Climáticas da cidade de São Paulo, que já está na sua 18ª edição. Foi agora, em agosto. Há 18 anos fazemos essa conferência. São mais de 380 parceiros.

Este ano o tema foi *Como produzir sem devastar*, do Ricardo Abramovay, que fez a palestra magna. O Prof. Gylvan já participou, e muitas outras nos anos passados.

Em 2007, nós fizemos uma comissão de estudos, presidida por mim, para apreciar os impactos e discutir a relação de causa e feita do aquecimento global e a cidade de São Paulo. Isso está *online* para quem quiser ver.

Em 2009, tramitou na Câmara a Lei de Mudanças Climáticas do Município de São Paulo, proposta pelo Executivo, à época, com o Secretário do Verde e Meio Ambiente, Sr. Eduardo Jorge. Ele foi convidado, mas não está aqui hoje porque está chegando de viagem.

Em seguida, tivemos uma série de atividades na Câmara. E vou confessar: estamos com muito problema para que São Paulo se prepare, se organize e responda aos desafios das mudanças do clima; ter uma colaboração maior como cidade, como municipalidade, como governo, como sociedade civil a esse desafio imenso da humanidade. Nós temos problemas graves para enfrentar. Mas nós nunca deixamos de discutir os problemas, debater, trazer, pressionar aqueles que são responsabilizados, seja o município, seja o estado, seja o Governo Federal. Enfim, vamos ver isso no decorrer da discussão.

Eu sou da Comissão da Saúde. Já fui da Comissão de Meio Ambiente. Mas como saúde e meio ambiente têm tudo a ver, a Comissão de Saúde achou por bem aprovar o meu requerimento.

Vamos fazer assim: a Marília, que é representante da Coalizão do Clima, que fez, há poucos dias, aquela manifestação que foi praticamente mundial, e que teve aqui em São Paulo, vai falar por até dez minutos. E depois tem repique. Depois, passamos a palavra aos professores, ao pessoal da Prefeitura, e, depois, abre ao público.

Tem a palavra a Sra. Marília Cunha.

A SRA. MARÍLIA CUNHA – Boa tarde a todos.

Primeiro quero agradecer a presença do Prof. Luiz Gylvan, da Profa. Thais, e também ao Natalini, por abrir este espaço, e a todos os presentes que aqui estão.

Quero apresentar um pouco da Coalizão, primeiro, para vocês entenderem o que a gente está fazendo aqui. A Coalizão é um coletivo de coletivos. A gente começou a atuar no fim de junho deste ano na cidade de São Paulo, em princípio. São várias organizações que compõem a Coalizão. A gente tem desde coletivos, pessoas individualmente, tem partidos, ONGs, professores, enfim. E o objetivo é bastante ambicioso: baixar as emissões de gases de efeito estufa, segurar a temperatura do planeta e manter a vida.

Dentro disso a gente promove diversas ações, desde atos como os que vocês viram e muito de vocês participaram, na sexta passada, até rodas de conversa, ações de reciclagem em presídios; varia muito e a gente entende que todo mundo pode falar sobre meio ambiente. Meio Ambiente é assunto de todo mundo, desde criança, como vocês as viram falando no dia do ato, mas não só. Elas estão pensando isso nas escolas, nos lares; até pessoas mais velhas, e pessoas de diversas regiões da Cidade. Todo mundo tem experiência para falar sobre.

E a gente resolveu chamar esta audiência porque a partir do ano que vem a gente precisa baixar as emissões. Ainda não tivemos nenhum sucesso inclusive as emissões têm aumentado, a maior parte vem de transporte, tem uma boa parcela também que vem de resíduo. A gente está assistindo o desmonte de algumas políticas, como em relação aos catadores, que os atingem.

Então o cenário está bem complicado e a gente tem também um Presidente que

fala muito contra o meio ambiente, como a gente viu nesta semana na ONU. Por isso a gente propôs esta audiência para pensar em conjunto como é que a gente vai fazer, porque ou a gente começa a baixar as emissões a partir do ano que vem ou depois de 2030 já não vai mais ter jeito. Acho que vocês estão cientes disso.

E a gente quer também tratar da Lei 14.933, que não está saindo do papel e que precisa sair, e a gente precisa de vocês para isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Vou passar a palavra ao Prof. Luiz Gylvan como segunda intervenção desta audiência. Por favor, Professor.

O SR. LUIZ GYLVAN - Boa tarde, Dr. Natalini. É um prazer estar de volta. Boa tarde, Marília.

Eu ando preocupado com a reação à mudança do clima. Às vezes, eu leio no jornal o Secretário-Geral da ONU; aquela estudante sueca, quando discursa: “vocês têm que fazer alguma coisa.” Mas, em minha opinião, precisa trabalhar em todos os níveis.

A cidade de São Paulo felizmente tem consciência disso e eu acho que deveria envergonhar outros níveis de Governo, que não se dispõem a fazer alguma coisa. Inicialmente envergonhar, depois chamar alguns advogados e processar por estarem causando danos à população do Município de São Paulo.

Há um precedente nos Estados Unidos, num certo momento, um Presidente da República lá decidiu que a USEPA, Agência Ambiental Federal Americana, não deveria monitorar as emissões de gases de efeito estufa, porque não são gases poluentes. Aí um grupo de Estados no nordeste americano processou o Governo Federal e ganhou. A USEPA foi obrigada a monitorar os gases de efeito estufa.

Então isso não é novidade, essa divergência do ponto de vista entre um nível de governança e outro, mas em minha opinião deveria São Paulo não só fazer a sua parte como empurrar os outros níveis para fazerem a sua também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Obrigado, Professor Luiz. Vou passar a

palavra à Professora Thais Mauad.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. THAIS MAUAD - Quero mostrar um pouco a situação como estamos em São Paulo com relação à poluição. A gente juntou, esse é um tema que agora não se desgruda mais: a poluição com as mudanças climáticas, elas estão absolutamente atreladas.

Eu sou Professora da Faculdade de Medicina, trabalho no laboratório de poluição, um laboratório que existe há mais de 30 anos, que vem desde então com o Prof. Saldiva estudando os efeitos da poluição na cidade de São Paulo. A gente tem muitos dados gerados pelo laboratório, que é o maior laboratório, acho que é o único laboratório do Brasil que se dedica a isso, em mostrar que os níveis ambientais da cidade de São Paulo, o que a gente está andando na rua e respirando faz mal à saúde em diversos níveis de saúde.

Vou mostrar alguma coisa rápida para vocês.

Essa foto é bem comum. No inverno a gente vê essa mancha cinza, todo paulistano carrega isso consigo, e quem trabalha em hospital sabe que esse é o dia em que o pronto-socorro vai bombar com as crianças com exacerbação de asma. E a poluição, na verdade, o que a gente vê dessa coisa, quando procura na emergência é o topo da pirâmide. A gente sabe que a poluição causa inúmeros efeitos subclínicos de inflamação, que a gente não entende direito ainda e que está num patamar maior. Que consequência isso tem para gente ao longo prazo, a gente sabe pouco ainda. E o que a gente enxerga são as exacerbações das doenças, as admissões hospitalares e a mortalidade prematura causada pela poluição.

Então estima-se que em 2017, 2,4 milhões de pessoas morreram, um excesso de mortes. Como é que se calcula isso? Através de análises estatísticas, você sabe que teve durante picos de poluição, você tem excesso de mortes, você controla por outros dados e o fato de ter esse aumento de poluição foi responsável por causar mais mortes.

A quantidade de mortes que se calcula, veja o que acontece na China, que é o pior exemplo, na China e na Índia, onde tem mais de um milhão de mortes atribuídas. A gente está num patamar intermediário no Brasil. Em São Paulo, o Professor Saldiva estima que quatro mil

pessoas morram por ano, há esse excesso de mortes por conta da poluição. O que quer dizer isso? Um paciente que já é cardíaco é um paciente que já tem uma doença pulmonar. O fato de você estar na poluição faz com que essa doença se agrave e leve a morrer mais cedo.

A principal fonte de poluição para nós é a combustão de veículos fósseis. Em São Paulo, 80% da poluição é veicular. Já foi industrial, não é mais faz tempo. Há os outros processos, que são importantes para a geração das mudanças climáticas. A agricultura é um grande contribuidor, assim como a pecuária para gerar poluição, assim como o lixo, e mesmo quando há processos naturais, como vulcões *etc.*, que põem, de repente, grande quantidade de fuligem no ar.

Não vou entrar em detalhes. Há vários tipos de poluição. Vocês estão vendo ali que o CO₂, além de ser um gás de efeito estufa, ele é poluição; NO também é um gás de efeito estufa. E o que os médicos mais gostam de estudar é o tal do material particulado, que é a fuligem, a partícula preta. Hoje em dia, sabe-se que ela produz inúmeros efeitos tóxicos na saúde, tanto aguda quanto cronicamente. A maioria dos artigos que vocês lerão, que falam sobre os efeitos adversos da poluição, hoje em dia são relativos ao material particulado.

Vou citar os fatores, na Cidade, que vão afetar a nossa qualidade. Primeiro, o clima. Como as mudanças climáticas vão piorar a nossa poluição? A gente acha que sim, e depois vamos falar por quê. Também a topografia. Quando se está num vale, e ali a poluição não tem como escapar. E também como a gente constrói a mobilidade da nossa cidade, que foi construída com ênfase ao transporte individual.

Esse é o tal do material particulado. Sempre colocamos um fio de cabelo para ver o tamanho dele, ele é bem pequenininho. Ele se chama PM_{2,5} porque ele é menor que 2,5 micras, e há o PM₁₀. São os dois que se mede sempre. O 2,5 é onde mora o perigo porque ele é tão pequeno que você inala. Ele é absorvido pelas porções profundas do pulmão e cai na corrente sanguínea. Daí os estudos mostraram efeitos cardiovasculares, efeitos em crianças, efeitos em gestantes advindos da toxicidade do PM_{2,5}, que é basicamente uma mistura de metais pesados.

Quanto à qualidade do ar de São Paulo, a Cetesb acha que o nosso pulmão é mais forte, provavelmente nós brasileiros somos mais resistentes (risos). Então, o nosso padrão de ar não é o mesmo da Organização Mundial de Saúde. (Imagem) Aqui é o final, então a gente vê que numa média de 24 horas, para PM2,5 é 25; a média anual é 10; mas a Cetesb acha que é 60 e 20. Sabe-se lá por que, talvez porque tenhamos pulmões melhores provavelmente. Desde 2013 existe um decreto pelo qual foram estabelecidas metas sem prazos, que não são cumpridas, para se tentar chegar a esse padrão final.

Então, quando vocês perguntam: “O ar é bom?”, não, não é bom. Se formos vermos os nossos padrões, nós sempre estamos acima do que a Organização Mundial de Saúde recomenda.

(Imagem) Essa aqui é a média de São Paulo, estudo feito lá no laboratório. A média anual de São Paulo, a capital mais poluída do Brasil, é 23,1, ou seja, o dobro do que define a Organização Mundial da Saúde. Estamos ruins em relação à Finlândia, mas em relação à Índia e China estamos melhores.

(Imagem) Aqui é a média da Região Metropolitana. Observem que são várias cidades da Região Metropolitana e alguns lugares onde há monitoramento pela Cetesb, na Capital. Reparem que estamos sempre acima do que a Organização Mundial da Saúde recomenda.

(Imagem) Para 2,5 também. Estamos sempre acima do que a Organização Mundial da Saúde recomenda. Para a Cetesb está tudo certo, mas para os padrões da OMS, não. Quando vemos os órgãos internacionais que nos monitoram, estamos sempre no vermelho.

(Imagem) Aqui estamos 60% acima do nível considerado seguro, e esses níveis estão sempre sendo revistos e caindo para baixo. Mesmo níveis considerados seguros hoje não são mais.

Existem inúmeros artigos - e o laboratório contribui com inúmeros deles aqui no Brasil – para saber como a poluição afeta a saúde. Não vou entrar em detalhes, mas referem-se à saúde cardiovascular e pulmonar. As populações mais vulneráveis a esses efeitos são as crianças. Sabemos que desde a gestão há efeitos no feto, há efeitos no crescimento pulmonar,

há efeitos no desenvolvimento de asma. Hoje se sabe que diversos poluentes aumentam a incidência de asma. Então, o risco de se morar em uma cidade poluída faz com que a criança venha a ter mais asma. Há risco de exacerbação de asma, e hoje há estudos que mostram problemas de cognição e autismo, obesidade - acredita-se que a poluição é obesogênica – e doenças renais. Em todas as doenças há contribuição da poluição, em todos os nossos sistemas há mostras de que a poluição provoca um efeito adverso.

(Imagem) Só de patologias de pulmão, que é o que eu mais estudo, o que temos? O pulmão crescer menos, a função pulmonar ser menor, haver mais incidência de asma em crianças, haver mais incidência de pessoas com bronquite, culminando hoje com presença, no ar, de componentes que são sabidamente carcinogênicos.

(Imagem) Esse é o último estudo publicado, que eu queria mostrar. Foi feito com participação do laboratório e foi publicado no *The New England Journal of Medicine*, a principal revista médica. Ele mostra a mortalidade em 700 cidades do mundo relacionada com concentração de PM. Eles mostram que nos dois dias que antecedem o dia em que eles estudam, se há um aumento de 10 microgramas naqueles dois dias, há um aumento de 0,44 na mortalidade geral nas 700 cidades estudadas. Assim, nesses locais, cada vez que se aumenta 10 microgramas, aumenta-se a mortalidade geral em quase 0,5, o que é bastante, se pensarmos na população de 700 cidades. Isso é mais determinante em mortes por doenças respiratórias do que em mortes por causa cardiovascular; é pior nas Américas do que na Europa; e é pior nos países de clima quente. (Imagem) Esse é o estudo. (Imagem) Estamos aqui. Somos o segundo maior local onde a poluição causa mais mortalidade, 12% de mortalidade, que é São Paulo, a única cidade do Brasil onde há monitoramento, as outras não têm.

Com as mudanças climáticas, como isso vai ficar? Teremos que estar preparados para mais tempestades, episódios de seca extrema, de enchentes e as famosas ondas de calor, com as quais todos teremos que conviver a partir de agora. Isso vai mudar a qualidade da nossa água, aumentará a poluição, mudará o jeito que usamos a terra e provocará outras

mudanças ecológicas. Se combinarmos isso com populações de diferentes idades e sexos, com diferentes *status* de saúde prévios, com diferentes *status* socioeconômicos *etc.*, teremos uma série de doenças, que já estão sendo estudadas, afetando principalmente crianças, idosos e, de novo, pessoas em maior vulnerabilidade social.

Os episódios de seca extrema, de mudanças climáticas podem também influir em doenças mentais. Sabemos que as plantas vão reagir produzindo menos proteína nas mudanças climáticas por causa da relação carbono-nitrogênio. Já se espera subnutrição. O número de alergias aumentará, pois ficará mais quente, e esse é principalmente um problema na Europa. As árvores soltarão pólen por mais tempo; então, o índice de alergias irá aumentar, e isso já está previsto. Depois irei mostrar o que vai acontecer conosco no calor, o que vai acontecer com o trabalhador que trabalha *outdoor*: um pedreiro, um agricultor. Há uma série de doenças que já estão sendo descritas em relação ao aumento do calor; por exemplo, a doença renal crônica por desidratação crônica, por excesso de calor. Então, começaremos a apresentar uma série de doenças – tanto as ligadas à poluição quanto as ligadas à exposição -, com as quais nós, como profissionais de saúde, teremos que lidar e fazer prevenção. O que diz para a população num dia de *heatwave*? São tempos sombrios os que vêm por aí em termos de saúde pública.

No meio urbano, temos esse problema, de ondas de calor. Estamos em um ambiente que é mais quente do que se estivéssemos em meio rural. Essas ilhas de calor irão se acentuar, e teremos trabalhadores vulneráveis. Por exemplo, taxistas, motoristas de ônibus, varredores de rua, essas pessoas que estão expostas começarão a ter aumento da frequência cardíaca, aumento da temperatura, desidratação extrema. Quando à noite esfria, o corpo não se recupera, o que pode até causar náuseas, vômitos, desmaios, epilepsia e até a morte. Neste ano, em Paris, morreram 1 mil pessoas durante a *heatwave* que houve.

O que se espera é que a poluição aumente. Por conta da temperatura, todos esses poluentes que têm reação fotossíntese aumentarão. Então, aumentará o ozônio e o NO. Era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Muito bem. Muito obrigado, Professora Thais Mauad, pela sua colaboração na nossa audiência pública, trazendo esses conhecimentos, dividindo-os conosco.

Anuncio a presença do Sr. Paulo da Silva, que representa a Vereadora Edir Sales, que é a Presidente desta Comissão à qual pertenço. Anuncio também a presença de integrantes do povo Guarani, da terra indígena do Jaraguá. Uma salva de palmas a eles. (Palmas) Muito obrigado pela presença, obrigado mesmo.

Mandamos convite desta audiência pública ao Secretário de Transporte, Edson Caram, que mandou um representante, que já está conosco; ao Sr. Prefeito; ao Secretário de Verde e do Meio Ambiente. Há algum representante do Secretário do Verde e do Meio Ambiente presente? (Pausa) Tinha sido combinado vir uma pessoa, não apareceu. Convidamos o Sr. Edson Tomaz de Lima Filho, Presidente da Amlurb, que mandou seu representante, que já está compondo a Mesa conosco. Convidamos também o Secretário de Saúde do Município. (Pausa) Há algum representante do Secretário de Saúde presente? (Pausa) A senhora não quer compor a Mesa conosco e usar a palavra? (Pausa) Se precisar, a senhora usa.

Vou passar a palavra ao nosso amigo Rafael, representante da Amlurb, para falar por 10 minutos. Depois ouviremos a plateia.

O SR. RAFAEL GOLIN GALVÃO – Boa tarde a todos. Estou aqui representando o Sr. Edson, da Amlurb, e queria agradecer o Vereador Natalini pelo convite; à Marília; ao Professor Gylvan, e à Thais, pela apresentação que, mais uma vez, vem nos mostrar muita coisa e o que nós precisamos melhorar na Cidade.

Além de estar aqui representando a Amlurb, sou servidor de carreira da Prefeitura, onde trabalho há dez anos. Trabalhei também numa subprefeitura por sete anos com a questão das ilhas de calor e todos esses malefícios que estamos enfrentando, que já é algo real na Cidade quando comparamos as suas regiões.

Como cidadão, também aprendi a mudar nesse período e acho que a minha

mudança mais significativa foi quando eu abandonei o carro que eu tinha e passei a usar transporte público a fim de fazer a diferença para a Cidade.

Como servidor, estou na Amlurb há mais ou menos um ano e meio e trabalho no setor de resíduo orgânico. Quando falamos de mudanças climáticas, esse é o setor que impacta na geração de gases do efeito estufa. Por exemplo, quando a Thais mostrou aquela cadeia da representação do resíduo, do *waste*, uma cidade como São Paulo, de acordo com o último levantamento, de 2011 – o outro está sendo produzido atualmente – chega a representar até 15% da geração de gases. Basicamente, esses 15% vêm da emissão de gases, principalmente pela disposição do resíduo.

É importante destacar que a Amlurb tem muita consciência disso e do que isso representa dentro do montante total da Cidade. Nós, do corpo técnico, que trabalhamos com essa parte de resíduo orgânico, estamos atuando para buscar mitigar isto, a geração de gases do efeito estufa. Talvez o que está sendo feito hoje que tenha maior visibilidade sejam os pastos de compostagem, por meio dos quais trabalhamos com resíduos de feiras livres; hoje, das 883 feiras livres da Cidade, atuamos em 170. Também temos cinco pátios e trabalhamos com parte do resíduo de poda que é gerado na Cidade.

Quando falamos da cadeia e de diminuição de gases do efeito estufa, temos atuado de duas formas: uma com o desvio desse resíduo orgânico que vai para o aterro, que passa por um tratamento chamado compostagem aeróbia, com o uso do oxigênio, processo no qual é gerado gás carbônico e há a diminuição do metano, que é gerado na ausência o oxigênio, gás gerado nos aterros sanitários. Além disso, quando fazemos esse trabalho de coleta segregada, conseguimos usar esse material produzido como adubo, que, dentro da cadeia, passa a ser um alimento para as plantas, que, quando crescem, retiram o carbono da atmosfera. Por isso, se ganha duas vezes: ao trabalhar com segregação e ao transformar esse material em algo que pode ser utilizado. Essa é a ciclagem dos nutrientes, que acaba tirando o carbono da atmosfera e ganhando duas vezes.

Hoje, a Prefeitura vem trabalhando em doação de composto – inclusive os

munícipes podem retirar compostos – e o utilizamos em serviços ambientais na Cidade. Além disso, temos um estudo com CCAT – *Climate and Clear Air Coalition* – de viabilidade da construção do EcoPark na região de Santo Amaro, com uma capacidade de 1.200 toneladas/dia, cuja ideia está prevista no PGIRS, que prevê também o tratamento desse resíduo orgânico domiciliar e também a compostagem desse material e a produção de biogás. Também financiado pelo CCAT, que faz parte do C40, estamos na fase final do estudo de viabilidade econômica.

Em vindo para São Paulo e tornando isso viável, será um grande avanço para a Cidade, que gera aproximadamente 12 mil toneladas/dia de resíduo domiciliar. Desse total, 50% de resíduo orgânico. Então, já tendo uma estrutura com cuja parte se pode trabalhar, entendemos que vamos contribuir para essa mudança de mitigação da geração de gases prejudiciais à saúde. Além disso, desenvolvemos um estudo com a Secretaria de Educação para trabalhar a questão da compostagem nas escolas.

Recentemente voltei do Japão – inclusive agradeço à JICA pela oportunidade de passar 30 dias lá –, onde estive para tentar entender também a gestão dos resíduos orgânicos no Japão. O que observei é a importância que a educação tem na formação do cidadão, porque, quando há ações nas escolas, não só as crianças e os jovens são influenciados, mas também suas famílias, pois eles levam as informações para casa.

Praticamente nós já temos um TR pronto e queremos fazer um projeto de compostagem com 300 escolas aqui em São Paulo para trabalhar a questão do resíduo com as crianças também. Essa, então, é outra ação que está sendo feita pelo núcleo de resíduos orgânicos e, na quarta-feira, foi realizado, aqui na cidade de São Paulo, o 1º Encontro de Práticas Compostagem, cujas estrelas eram os coletivos, grupos que vêm procurando fazer a diferença na Cidade. Aproveito para agradecer aos seguintes presentes no evento: o Condomínio Burity; o Pátio Victor Malzoni; o Sabor da Fazenda; o Coletivo da Vila Beatriz, Vila Ida e Jataí, cujos membros estão na mesa agora com a Thaís; o Projeto Ecoestudantil e o Instituto Favela da Paz. Esse primeiro encontro teve como objetivo unir pessoas em prol de um

bem comum, que é pensar na gestão do resíduo e não só na questão da escala, procurando implementar ações que possam ocorrer nos bairros ou mesmo dentro das casas, de forma a reduzir esse volume enviado recolhido pela Prefeitura e que vai parar nos aterros.

Esse foi o primeiro encontro, mas nós buscamos, num prazo curto de tempo, desenvolver mais isso, porque nós queremos integrar essas pessoas e buscar novos amigos para que a gente consiga aumentar essa rede e tem muita gente na cidade que vem desenvolvendo e vem de forma individual esse tipo de iniciativa e é o momento que nós temos agora com a importância que isso tem e a importância de você desviar o resíduo orgânico de aterro, unir essas pessoas e buscar em conjunto uma mudança e uma melhoria na qualidade da cidade. Se alguém tiver alguma pergunta estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Chegou a Laura, que é da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, quero pedir para você vir até a Mesa. Ela foi convidada também. Vou deixar a Laura falar, fazer um resumo. O tema aqui é Mudanças Climáticas e Qualidade de vida e Saúde.

A SRA. LAURA CENEVIVA – Bom dia a todos, é um prazer estar aqui. Obrigada, Vereador, pela palavra. Eu gostaria primeiro de dizer a vocês, interessados no assunto, que eu estou Secretária Executiva do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia de São Paulo já há alguns anos. Nesse momento, particularmente, na ótica do que motiva esta audiência pública, nós estamos no processo de, em parceria com a rede internacional de cidades C-40, realizarmos o Plano de Ação Climática do Município de São Paulo.

A nossa política municipal de mudança do clima é de 2009 e ela determina uma série de ações para o Poder Executivo, mas também para o Legislativo e uma das questões que a política propõe é o desenvolvimento de planos, ações, programas, que colaborem não apenas com a mitigação de emissões, mas também com a adoção de medidas relativas a adaptação aos impactos da mudança do clima. E o Prefeito deliberou fazer isso. Por que isso acontece?

Em 2015 os países assinaram no bojo da Convenção do Clima o Acordo de Paris,

comprometendo-se a manter a temperatura abaixo de 2 graus e preferencialmente abaixo de 1,5 graus. Tudo bem, muita festa, e como a gente faz isso? Os países encomendaram para o IPCC a pesquisa de como é que faz isso e o IPCC respondeu no ano passado com o relatório 1,5 graus e nesse relatório aponta que para ficar abaixo de 1,5 graus o aumento da temperatura em 2100 o mundo precisaria cortar as suas emissões até 2050. E esse é o que está, vamos dizer assim presente, em uma série de atividades ao redor do mundo, tanto para governos nacionais quanto para governos subnacionais. No caso essa rede internacional de cidades ela propôs um quadro referencial de planejamento a qual nós aderimos por entendermos que ele é razoável, o que está dito ali, é uma coisa que nós faríamos de todo modo e para nós o município de São Paulo, sem perda de soberania, a gente aderir ao que propuseram nos ajuda no cenário internacional uma vez que, elaborado o plano, na hora em que for divulgado esse Plano, em contarmos com a referência do C40 nós já temos uma etapa de validação prévia. O que também nos facilita acesso à recursos.

Nesse processo amplo de transformação macroeconômica que a mudança do clima implica o fluxo de recursos também vai ser transformado e é importante que a nossa condição de liderança para ser mantida a gente consiga correr de articuladamente.

O que é o plano de ação? Nós fizemos com a turma da casa, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente o inventário de emissões de gases de efeito estufa, ou seja, já iniciou o processo de qualificação profissional da equipe da Prefeitura porque você começa a saber uma coisa se você sabe medi-la. Para fazer café, você tem que saber se é uma duas ou três colheres. Então, fazer um inventário é o primeiro passo para se qualificar. Um inventário é só uma parte da coisa teremos que cortar as emissões depois e imaginar hipóteses de cortes de emissões. Estamos fazendo isso. A próxima etapa é de adaptação. A parte de inventário é mais difícil, por que exige um conhecimento técnico. Nós começamos a discutir hipóteses de mitigação ontem e antes de ontem e para discutir a adaptação mais ainda. Estamos iniciando um processo de abertura no processo de elaboração do plano de ação. Portanto, o que está sendo feito respondendo. Particularmente isso: o Plano de Ação Climática que prevê mitigação,

adaptação, sempre sob a perspectiva da inclusividade social, territorial, econômica e tudo mais.

Nós começamos internamente dentro da Secretaria do Verde abrindo para Prefeitura e depois abrindo em seguida para a sociedade. Já contamos nesse primeiro momento com parcerias, na realidade com a colaboração de diversas instituições como a Universidade de São Paulo, como a Fecomércio, ou como Abristal, ou outras organizações assim.

Estamos organizando o processo de abertura mais amplo para a sociedade. O objetivo é dizer como a gente vai chegar em 2050 zerado de emissões, o que não significa que o que o governo atual está propondo vai ser cumprido pelos próximos governos. São muitos os governos que vão ser eleitos até 2050. Mas esse vai ser o primeiro documento para ajudar a sociedade a refletir e decidir particularmente, na hora do voto, aquilo que ela entende que seja mais relevante.

Pensando em termos de Saúde, que é o caso, aqui, Vereador, o impacto da mudança do clima já estamos vendo. Há as arboviroses ou coisas do gênero, que a Prefeitura tem de se organizar para enfrentar. Eu diria que, isso, no caso da mudança do clima, é a coisa mais importante a se fazer. Como vamos conseguir enfrentar o recrudescimento de doenças que pareciam praticamente extintas?

Eu diria que são esses, em síntese, os comentários a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Obrigado, Laura, pela sua participação. Você pediu para eu dar um repique. Então, pode ser resumido, para podermos ouvir? Depois que você falar, eu quero mostrar algumas questões que estão acontecendo, até para que vocês possam ter conhecimento, em termos de lei, essas coisas, e problemas que nós temos enfrentado.

Há sete inscritos. O Prof. Gylvan pediu para dar um repique, depois, pois ele entendeu que era só para fazer uma apresentação dele, mas não era. Era para ele falar. Aí, escutaremos um pouco e depois o senhor retoma. Está bom? Então, por favor, Marília...

A SRA. MARÍLIA CUNHA – Obrigada. Não sei se o Prof. Luiz vai falar sobre isso,

mas seria importante entendermos por que é preciso começar a baixar as emissões a partir do ano que vem. Contudo, antes de escutar sobre isso – e eu acho que é muito importante ficarmos todos bem cientes, para quem ainda não está –, só quero dizer para vocês que a coalizão elaborou uma declaração de emergência climática, que está na mesa dos senhores, em suas mãos. Deve estar por aí, também, com o público. É algo que tem se tornado uma ferramenta. Vários lugares já declararam emergência climática e aqui temos algumas medidas que vão de acordo com o IPCC, mas são, também, um tanto mais ambiciosas, como recomenda a própria Lei 14.933.

Só colocando uma questão, a Laura falou que vocês estão fazendo um plano. A coalizão está ciente desse plano. Inclusive, a questão de ter planos está prevista nas diretrizes da Lei 14.933, na Seção III. Entretanto, quando você fala, Laura, que o plano pode mudar de acordo com os governos, mas que ele serve para refletir e decidir, não temos tempo para refletir e decidir. Acho que está ciente disso.

Então, eu não sei bem o que vocês querem com isso, porque não precisamos de uma política de partido. Precisamos de uma política de Estado – e temos. É a lei, que está defasada, que precisa de atualização, mas existe. Assim, esse plano está contemplado na lei, sim. É bom que isso esteja sendo feito, mas ele não pode ser uma política de partido. Ele tem de ser perene, porque não temos mais tempo. O Prof. Luiz Gylvan e a Prof. Thais sabem bem disso e acho que vocês, que estão aqui, à Mesa, também sabem – inclusive, você, Laura. Não é?

Eu quero entender se estamos trocando a nossa vida, assim, por votos, reflexões e decisões, porque acho que não é para isso que nenhum de nós está aqui. Precisamos de respostas mais urgentes e que têm como serem feitas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Ok. Depois, passaremos a palavra para a Laura. Antes de passar, o primeiro inscrito é Luís Carlos. Já se aproxime do microfone, ali. Em seguida, será Elis Calil. São os dois primeiros inscritos, mas, antes de você falar, eu quero só fazer um resumo, porque está aqui muita gente nova. Talvez não tenham conhecimento da

água que rola por baixo da ponte, das pingas que tomaram e dos tombos que caíram, como diz o povo.

Então, eu digo, aqui: a primeira manifestação que vimos na Câmara foi a Comissão de Estudos, em 2007. Antes da Comissão de Estudos, nós fizemos a Conferência de Produção Mais Limpa e Mudanças Climáticas, que foi aprovada na Câmara. Todo ano, ela existe. Neste ano, foram 1.200 participantes. Já chegaram a participar dela cerca de 5.000 participantes, quando íamos lá, para o Memorial da América Latina. Então, é um grande evento, que coloca na pauta da Cidade as mudanças climáticas, cada ano com um assunto.

Esses caminhões que lavam rua com água de reuso são resultado de uma lei aprovada aqui, por apresentação nossa, que surgiu da primeira conferência. Foi lá, na FIESP, em 2001. Não se lavam mais ruas em São Paulo com água potável desde 2004. É água de reuso comprada da Sabesp. Isso foi lei que saiu da conferência. Então, a coisa vem de longe.

Da Comissão de Estudos o Prof. Gylvan fez parte, bem como o Carlos Nobre e um monte de gente que veio aqui, cientistas brasileiros para os quais tiramos os dois chapéus, porque é gente que conhece, que estuda. Nós oferecemos para a Cidade esse relatório. Está no *site* da Câmara e no meu *site*, também, para quem quiser ver: natalini.com.br. Ele é de 2007.

Depois de 2007, o Eduardo Jorge era Secretário do Verde e ele amadureceu no Governo a Lei de Mudança do Clima do Município de São Paulo, que foi aprovada e foi sancionada no Dia do Meio Ambiente, 5 de junho de 2009. Está aqui, na nossa mão. Aqui, na Câmara, fui eu que ajudei a articular a votação dessa lei. Ela teve 54 votos. Só um Vereador não quis votar. Os 54 outros votaram a favor da lei. Ela foi sancionada e começou a ser implementada a partir de 2009 – e avançou na implementação.

Nós tivemos conquistas importantes. Disso é preciso falar, aqui. É preciso falar, aqui, que São Paulo já foi Secretaria Executiva do C40. A cidade de São Paulo sediou o encontro do C40 e foi Secretaria Executiva daquele grupo de 40 maiores cidades do mundo, que começou lá, em Londres e Nova Iorque, e passou por aqui. Nós já fomos isso. São Paulo

já foi. Teve protagonismo mundial na questão climática a cidade de São Paulo. Estou falando.

A cidade de São Paulo, baseada na lei, começou a implementar a ecofrota. Nós tínhamos, em 2012, 1.500 ônibus da ecofrota. São Paulo refez a licitação do trólebus. Comprou e pôs em operação cento e tantos trólebus. Estão aí os trólebus, andando, hoje, para quem quiser ver. Os trólebus estavam praticamente acabados. Foi essa lei e essa articulação de combate às mudanças climáticas que fez São Paulo fazer uma licitação. Comprou 118 trólebus novos e os pôs para rodar. Havia 1.500 ônibus movidos a biodiesel. Eram 20% de biodiesel no diesel normal. É a chamada “ecofrota”. Vocês viam na rua isso.

Ademais, São Paulo criou, a partir disso, em parceria com o Governo do Estado, o programa Operação Defesa das Águas. A Operação Defesa das Águas tinha 40 órgãos públicos municipais e estaduais. Como resultado, em 2012, zerou o desmatamento, zerou os loteamentos e zerou as construções nas áreas de manancial da Cidade. Isso é fato. Não estou inventando. E mais: derrubou 7.500 imóveis irregulares na beira das represas. Aí vai dizer: “Casa de pobre”. Muita casa de pobre, sim, mas derrubou o motel Leão de Prata, derrubou o restaurante Eucalipto, derrubou mansão de rico. Eu mesmo participei de derrubada, desfazimento de muita coisa. Criou nove parques novos no entorno da Represa de Guarapiranga: Parque Nove de Julho, Parque da Barragem e outros estão lá, então a Cidade avançou.

Nos aterros de lixo – é importante falar isso que muita gente não sabe – foram construídas duas usinas elétricas movidas a metano. O metano que saía do aterro e ia aquecer o Planeta era resgatado – ainda é, estão funcionando os dois aterros, Bandeirantes e São João -, queimado para produzir energia para uma população de 600 mil pessoas, segundo me informaram na época; joga na rede, transforma o metano em energia. Então São Paulo praticamente tirou do ar o metano que era produzido pelos aterros, queimando e produzindo energia elétrica.

Criou o programa Córrego Limpo, quase 50 córregos foram limpos do esgoto, foram desobstruídos de construções, e foram feitos parques lineares. Tem vários: Parque do Sapê,

Parque Córrego Ribeirão Vermelho, na zona Leste, muitos córregos que foram limpos nessa época, obedecendo a essa lei.

A lei é muito completa, tem energia solar para a cidade, tem tanta coisa que, se a gente tivesse cumprido essa lei, São Paulo tinha ganhado Prêmio Nobel de combate à mudança do clima.

A Cidade não cumpriu; pelo contrário. Em 2013 o Prefeito que entrou acabou com a Ecofrota, não reassinou a Operação Defesa das Águas, acabou com a Operação Córrego Limpo. São Paulo tinha plantado mais de um milhão de árvores depois da lei, o plantio de árvores foi lá para o chão, não foi para zero, mas foi quase. Então a Cidade interrompeu a aplicação da Lei de Mudanças do Clima e até hoje está mancando para retomar.

Está mancando tanto que nós tivemos de fazer uma lei aqui, a Lei 16.802. Eu participei dessa lei, foi um cacete, aqui – desculpem o termo -, entre empresários de ônibus, nós, gente que fabricava motor, cientistas, ONGs tipo Greenpeace e outras vieram aqui. Eles, coitados, pareciam aqueles bonecos de luta de boxe. Colaboraram muito. Os técnicos da SP Trans colaboraram muito, você, o Simão e outros. Temos de reconhecer.

Essa lei, infelizmente, foi aprovada, foi sancionada, foi regulamentada e até hoje nós não conseguimos botar ônibus com combustível novo na praça, porque houve um pau na licitação, um problema jurídico grave, a licitação dos ônibus foi suspensa desde janeiro de 2018, dois anos. Só agora se conseguiu regularizar a licitação. Eu estive com o Secretário Edson Caran, o senhor estava na reunião, o Simão estava na reunião. Fui lá cobrar, o Secretário e a equipe me disseram que agora, com a nova licitação, eles vão cumprir as metas da Lei 16.802. Falaram, falaram, falaram. Eu não gravei, mas gravei aqui no meu miolo e estou contando para um monte de gente.

Nós vamos cobrar a Prefeitura o cumprimento das metas: 2027, 50% a menos de gases de efeito estufa e 90% a menos do particulado de poluição. Eu espero sinceramente que a lei seja cumprida.

Uma iniciativa minha aqui, a Lei 755/2017, como esta aqui já superou em várias

coisas, os artigos desta aqui de 2009 já estão superados por novas tecnologias, eu fiz uma lei para substituir artigos dessa aqui que estão superados, está tramitando, está na Comissão de Administração Pública, para atualizar a lei de 2009, para São Paulo cair no mundo moderno.

Também temos uma lei, parceria nossa com a Soninha, que prega o incentivo de autogeração de energia elétrica renovável na cidade de São Paulo, para que o povo tenha incentivo para montar usinas fotovoltaicas em casa e ele mesmo produzir sua energia. Tem que ter subsídio da prefeitura para isso acontecer.

Nós temos uma lei tramitando aqui, Lei 295/2019, que cria o Programa Municipal da Logística Reversa. Ela obriga o produtor do produto, o fabricante, o comerciante e o importador a serem responsáveis por tudo que venderem nesta cidade. Vende uma geladeira, o produtor e o vendedor têm de ter responsabilidade junto com a prefeitura e junto com o dono da geladeira, para ela ser devolvida e reaproveitada e não ser jogada na beira do córrego como é hoje. Está correndo aqui a Lei da Logística Reversa.

Acho que nós estamos devendo na praça, São Paulo está devendo na praça. Não dá para a gente se orgulhar do que São Paulo está fazendo com a questão do clima. Nós ficamos anos e anos marcando passo. Agora o clima está correndo atrás de nós. Ou a gente fica esperta e transforma essa paradeira política de breçar as coisas que deveriam ser feitas na Cidade, ou a gente vai pagar o pato.

Já está pagando o pato com enchente: de 180 pontos de enchente em São Paulo nós passamos para 600 pontos de enchentes graves, nos últimos anos. E as estiagens enormes que tiram o sono da gente.

Eu trouxe aqui um trabalho nosso, a nossa denúncia, um dossiê sobre a devastação da Mata Atlântica no Município de São Paulo, produzido pelo meu gabinete. Hoje eu entreguei cópias para vários deputados na Assembleia, entreguei para todas as autoridades estaduais e municipais.

Tem 90 áreas de Mata Atlântica jogada no chão pelas quadrilhas do crime organizado. Das 90 áreas, 46 são em Parelheiros, onde nascem as águas que abastecem a

Represa de Guarapiranga. Se vocês forem lá agora, vão ver as motosserras funcionando e o fogo comendo em cima da mata. Isso aqui saiu ontem no *Verdejando*, da Globo, e antes de ontem à noite, no *SP2*, saiu ontem de manhã.

São 90 áreas. Total de árvores derrubadas, pelos nossos cálculos, em Parelheiros – só em Parelheiros, não estou falando da zona Leste nem da zona Oeste -: 500 mil árvores jogadas no chão. Sabem quanto o crime organizado vai ganhar se vender todos os lotes que está preparando? Vai ganhar, só na zona Sul, um bilhão de reais, pelos nossos cálculos. É lote vendido, não é invasão de pobre; vale de 40 a 140 mil reais o lote. Está tudo nesse dossiê aqui. É público.

O Prefeito e o Governador de São Paulo, que me desculpem, não estão movendo uma palha para prender os autores desse grave crime. Em minha opinião, a pior situação que São Paulo está vivendo no momento é a derrubada do que resta da Mata Atlântica nas áreas de mananciais, na zona Leste e na zona Oeste.

O crime organizado, o PCC – vamos falar o nome do demônio – está invadindo ou comprando as áreas, comprando a preço de banana, porque quem tem aquelas áreas não tem escritura, a escritura é precária. Eu vi uma área, onde eles vão tirar 27 milhões de reais, que pertenceu à família do Antônio Salim Curiati. Compraram a área da família, estão fazendo 300 lotes, vai fazer 27 milhões de reais, já venderam a metade.

Isso está acontecendo nas nossas barbas. Nós estamos falando de mudança do clima. Qual é a importância da mata para proteger o clima, para proteger da poluição, para produzir água na cidade? Estão jogando no chão, na nossa cara, e ninguém faz nada! Desculpem, mas eu não posso ficar numa boa vendo isso. Todo dia tem denúncia. Depois que eu fiz isso aqui já apareceram mais 15 denúncias. Área de 220 mil metros, por exemplo, com 12 nascentes dentro, indo para o chão, fogo derruba. Ninguém faz nada, ninguém faz nada.

O que fizeram foi me ameaçar de morte quatro vezes. Eu falei: pode matar, pode matar, eu morro pela árvore. Sei lá por que eu vou morrer. Pode matar, mas eu não vou calar a boca. Eu queria que vocês entrassem nessa junto comigo, que os índios entrassem também. O

problema não é só federal, o problema também está aqui no Estado, o Governador e o Prefeito que precisam botar a polícia em cima disso, acabar com essa pouca vergonha de derrubar o pouco de mata que a gente tem.

Era isso que eu queria falar aqui.

Vou chamar o primeiro: Luís.

A SRA. MARÍLIA CUNHA - Natalini, posso fazer um pedido?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Pois não.

A SRA. MARÍLIA CUNHA - Se vocês não se importarem, se o professor Luiz Gylvan puder fazer essa gentileza, que ele falasse rapidinho, antes de começarem as perguntas, sobre por que precisa baixar as emissões a partir do ano que vem, para a gente dividir essa informação, para quando os secretários forem responder ficarem bem cientes de que a gente não tem tempo e reflexão. O senhor pode?

O SR. LUIZ GYLVAN – Obrigado.

Rapidamente, os meus colegas que trabalham com modelos de mudança de clima, supercomputador em Cachoeira Paulista etc., o que está certíssimo, o trabalho que eles fazem é importantíssimo, mas para entender a essência do problema eu prefiro simplificar o raciocínio.

Das leis da física, umas são mais importantes que outras, são leis mais fundamentais. São o balanço de massa, conservação de massa, do Lavoisier, que foi guilhotinado, mas não revogaram o princípio de conservação de massa; conservação de energia, que é a primeira lei da termodinâmica, e a Lei de Newton, que é a conservação da quantidade de movimento. Só com essas três você... você e qualquer um.

Arrhenius, um químico sueco, no final do Século 19, fez essa conta e disse: “Olha, gente, no final do Século 20 a temperatura vai ter subido um grau”. E depois na Suécia, em 1972, antes da conferência mundial sobre meio ambiente, fizeram com conta de novo e disseram: “Vai subir um grau no final do século e mais uns três ou quatro no século seguinte”. Aí, com muitos satélites, aviões e supercomputadores, essa conta foi feita e refeita; e a

conclusão é exatamente a mesma. E a razão pela qual não precisa de supercomputador é que é sabido quanto aumento do CO2 aumenta com o aquecimento.

A primeira lei da termodinâmica diz quanto a temperatura sobe. É só dividir o total de energia pela capacidade calorífica, dos oceanos. Essa conta é feita no envelope e depois se checa com o supercomputador, mas o resultado é o mesmo.

Outra coisa que a gente sabe como isso depende do tempo. O gás carbônico, que se coloca mais na atmosfera, há uma parte que fica lá e há uma parte de vai para os oceanos. Está se aumentando essa acidificação dos oceanos. Há uma parte vem para a biosfera terrestre. Depois que se esquentam, o calor entra nos oceanos lentamente, por trinta, nas camadas superficiais, e por cem anos, nas camadas profundas.

Cada vez mais, há formas de se medir isso, com boias, que mergulham, medem, voltam e mandam os dados para os satélites e recarregam as baterias. Esse relatório do IPCC, sobre um grau e meio que foi mencionado, quando foi dito que vai precisar cortar as emissões, faltou uma palavra depois do verbo. Precisa cortar para zero, precisa eliminar as emissões.

Nas minhas contas simplificadas, para segurar em dois graus Celsius, que é o acordo de Paris, é preciso cortar todas as emissões, mas não neste século. Para se segurar em um grau e meio, é preciso se cortar neste século.

Aí há uma discussão, incertezas, se é em 2050 ou 2060. Aí para responder a pergunta da Sra. Marília, é muito simples. Para eu mexer com as emissões de 2060, eu preciso planejar um prédio novo na Faria Lima, que não tenha aquela beleza de vidro, que gasta muita energia para refrigerar. Eu preciso fazer uma nova usina para geração de eletricidade, e eu vou levar dez anos para construir. Depois eu construo para durar mais 50. Então, para eu mexer com as emissões de 2050 ou 2060, é urgente. Eu tenho que fazer agora. É simples assim, sem nenhuma complicação a mais, sem supercomputador nem nada. É urgente, e eu volto a dizer que São Paulo pode dar o exemplo que os outros. Se perguntarem a minha opinião, devia processar os outros também que não estão fazendo isso, pela defesa da população daqui.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Anuncio a presença da Vereadora Soninha Francine. Se V.Exa. quiser sentar conosco, tem todo direito. Ajuda muito a gente.

A relatora do Comitê de Chuvas e Enchentes, que presidimos aqui, na Câmara, está fazendo um relatório lindíssimo, com várias soluções técnicas para apresentar para a Prefeitura, para melhorar a questão das enchentes. Ela e a equipe, nós estamos ajudando.

Tem a palavra o Sr. Luís Carlos Oliveira, que está representando a Sra. Deputada Estadual Marina Helou.

O SR. LUÍS CARLOS OLIVEIRA – Eu sou da Coalisão pelo Clima. Gostaria de agradecer o Vereador Gilberto Natalini pelo espaço. Gostaria de agradecer a presença da Administração Pública. Minha fala vai focar mais no âmbito do transporte, mas eu gostaria de dizer que eu tenho uma discordância em relação ao Vereador na questão da ocupação de mananciais pelos movimentos de moradia. É uma questão que não consenso na coalisão. É um ponto polêmico. Há muita gente que não tem moradia, por conta da especulação imobiliária. É um problema que a gente tem que ver com calma, para como que a gente vai atuar nesse sentido.

Em relação aos transportes, a política municipal de mudança do clima é pioneira no Brasil. Ela avança em muitas questões, só que ela é insuficiente em outras. Por exemplo, em um dos seus artigos, a política municipal de mudança do clima estipula um prazo que é demasiadamente longo para substituição da frota de poluentes para não poluentes. Ela estipula, em dez anos, a partir de 2018, a redução para 40% da frota e para 20 anos a substituição de 100% da frota para não poluente. Vinte anos será em 2038. A gente sabe que o último relatório do IPCC já afirma que a sociedade civil, a Ciência subestimou os efeitos das mudanças climáticas. Os cientistas já elaboram um novo cenário, que diz que os fenômenos meteorológicos extremos vão ser muito mais impactantes do que a gente imaginava. O nível do mar vai subir muito mais do que a gente imaginava. A seca e o derretimento das calotas polares vão ser muito maiores do que a gente imaginava. Então, prorrogar para 2050 as mudanças que a sociedade precisa, essa adaptação da sociedade é perigoso. A gente precisa

pensar num patamar, batendo no teto, em 2030, quando a gente já tem que tomar todas essas medidas que a gente está constando na lei, inclusive na questão da saúde pública.

Anualmente são gastos mais de 200 milhões com saúde pública em relação à poluição. A gente acha que isso também é preocupante. Esse dinheiro poderia ser investido em outras coisas. A Administração Pública deve tentar encontrar meios. Os Vereadores também poderiam elaborar leis, no sentido de restringir o uso de veículos, como algumas cidades fazem, já estão tomando medidas, como Barcelona, que está restringindo o uso de veículos no centro da sociedade. Algumas cidades de países nórdicos também estão restringindo o uso de veículos na cidade.

A gente tem que pensar aqui, em São Paulo, como que a gente vai restringir o uso desses veículos poluentes antes de 2030 inclusive. Ou a gente elabora uma lei nesse sentido, de restringir o uso dos veículos em alguns espaços na Cidade ou a gente lança alguma lei que faça com que a indústria automobilística reveja o uso de gasolina e de diesel nos carros que são fabricados. A lei é boa. Ela é pioneira, mas tem os seus limites. A gente tem que pensar em avançar nela nessas questões. O tempo urge. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Obrigado. Tem a palavra a Sra. Elis Calil.

A SRA. ELIS CALIL – Boa tarde a todos. Eu sou biomédica do Hospital do Câncer, e quero fazer um agradecimento por estar aqui, em poder dando essa oportunidade de falar com os senhores. É um apelo. Fala-se de poluição, fala-se de tudo, só que há um fator pequenininho, que contribuiu muito com isso: Aqueles terrenos baldios cheios de lixo, inclusive de pneus, onde há aquelas queimadas. Aquilo ao ser inalado causa um dano para o nosso pulmão. Os nossos alvéolos não aguentam. Eles gritam, eles pedem pelo amor de Deus, inclusive o meu como pessoa. Imaginem os dos meus pacientes no geral, em todos nós. Faço um apelo à Prefeitura, um apelo ao Sr. Governador. Pelo amor de Deus, resolvam essa questão da multa. Punem, porque só com punição que se resolvem as coisas.

Boa tarde. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Nós que agradecemos.

Tem a palavra o Sr. Eduardo Ferreira de Paula, do Movimento Nacional de Catadores.

O SR. EDUARDO FERREIRA DE PAULA – Boa tarde a todos. É um debate bom a gente discutir, sobre a questão do clima. Eu sou catador da primeira cooperativa de São Paulo, a Coopamare, que serviu de exemplo para a cidade de São Paulo e para o mundo.

Nós, catadores da São Paulo, estamos fazendo um serviço de grande utilidade para a sociedade, para o Poder Público e para o meio ambiente. Mesmo sendo um pouco com as questões de visão e de preocupante, nós, catadores, estamos sempre fazendo a nossa parte enquanto cidadãos não somente na questão da renda, mas também na questão do meio ambiente. Tudo aquilo que incomoda, os materiais que vão para o aterro, nós, catadores carregamos os nossos materiais. Isso já economiza os cofres dos poderes públicos.

Para o meio ambiente, tudo aquilo que incomoda a sociedade, queda de árvores, extração de minérios, garrafas que vão para a enchentes nós sempre catamos. Hoje nós sabemos da importância que nós fizemos. Foi uma luta que nós tivemos, muito grande, mostrando que nós, catadores, não somos só os coitadinhos. Somos trabalhadores e cidadãos, profissionais.

Hoje a cidade de São Paulo tem 32 cooperativas, e essas 32 cooperativas, associações não são habilitadas, mas estão sempre fazendo o serviço na cidade de São Paulo. Basta uma questão de política pública, na cidade de São Paulo, para que as cooperativas sejam bem habilitadas, sem dificuldades, para que possam fazer o serviço com mais qualidade na cidade de São Paulo. Treze por cento foi o volume da questão do reciclado, da colocada seletiva na cidade de São Paulo. Então, isso é muito pouco para uma Cidade que nós temos, e 1,8% é material reciclável e 98% vão para o aterro. Então, vai mais para o aterro do que se faz a consciência ambiental e do que é coletado.

Então, é preciso mais consciência ambiental e também mais investimento nas cooperativas de catadores, para que os catadores trabalhem nas cooperativas, e elas possam

prestar serviço de grande utilidade para a sociedade. Temos 96 distritos. Se esses 96 distritos tiverem coleta seletiva, com certeza, a continuidade de volume aumenta e a consciência aumenta por distrito, e o clima será melhor. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Tem a palavra a Sra. Ana Pinho.

A SRA. ANA PINHO – Boa tarde para todo mundo. É bom ver a Casa cheia. Obrigada para todo mundo que está na mesa. Eu faço parte da coalisão e, na discussão pelo clima, a gente tem muita essa ansiedade. Nos Estados Unidos já se diagnostica a ansiedade climática e a depressão climática, essa questão de a pessoa estar desesperado por um futuro que está chegando. Parece muito difícil de se construir, de tirar do chão. Isso dá um nervoso. Falam: “Mas como vão zerar até 2030?” Então, a minha pergunta é mais focada no agora. A gente está, em 2019, no Brasil. Dois mil e vinte é ano de eleição municipal. Esta é a maior Cidade do País, esta é a maior Cidade da América do Sul. O nosso orçamento é de 60 bilhões de reais. A gente não sabe nem qual é a chapa que vai poder compor pelo partido atual no ano que vem na Prefeitura. Então, está tudo ainda extremamente em aberto.

Então, a minha pergunta é se a gente poderia discutir aqui algo que a gente já pode fazer nos próximos doze meses. Então, o exemplo que eu vou dar aqui é mais voltado para o representante da Secretaria de Transportes e também para o Prof. Gylvan. A gente teve acesso à prévia do inventário de emissões, que são dados de 2017, e o transporte rodoviário é disparado de longe o maior causa de emissões de gases de efeito estufa. Também existe, no plano biênio 2019-2020 uma ideia de a Prefeitura mitigar 0,8% das emissões da Cidade, que é um número extremamente baixo, mas eu fico interessada em saber do ponto de vista da Prefeitura. Qual é o plano dessa neutralização? Então, vai ser plantio de árvore? Vai ser crédito de carbono? Vai se criar um orçamento de carbono? Qual é o plano concreto, para que a gente possa pensar em já começar mudar nos próximos meses e não só chegar em 2031 chateados e provavelmente desesperados. Para o Prof. Gylvan especificamente, com sua *expertise* do IPCC, quais são as falácias, as armadilhas ou as pegadinhas que podem surgir, que não vão resolver esse problema, mas é possível que as pessoas tentem nos vender, e a gente deveria

estar atento, para não cair nessa ou não tentar essa rota, que não haverá necessidade.

Por fim, no Brasil, a gente tem uma dificuldade com a pauta do meio ambiente, que criou essa cisão: “É pauta do meio ambiente. É coisa de vegano”. Eu acho que a gente tem que refazer a marca do meio ambiente. Se se bebe, respira ou come, essa é a sua pauta. Se você tem família, é a sua pauta. Se você tem um cachorro em casa, é a sua pauta. Não importa se você é da esquerda, da direita ou não é nada. Essa continua sendo a sua pauta, porque não vamos para Marte. A gente vai ficar aqui.

Então, a gente precisa também ganhar conversa. Então, todo mundo aqui tem que sair com o dever de casa, de ganhar essa conversa, com familiares, com colegas e pessoas no ônibus, para conscientizar o brasileiro de que isso não é pauta nichada, é uma pauta de todo mundo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Tem a palavra a Sra. Graça.

A SRA. GRAÇA - Boa tarde. Eu me senti contemplada na fala do Vereador Natalini, porque uma das minhas preocupações é a questão das áreas de mananciais, e parece que ninguém se preocupa com isso. Inclusive, na fala da Secretaria do Meio Ambiente, falou-se em mitigação de emissões e não se falou nada das questões dos mananciais, das áreas de mananciais. Então, eu acho que nós precisamos levar alguma coisa mais concreta, talvez uma ação civil pública junto ao Ministério Público, exigindo das autoridades alguma ação mais efetiva. Por outro lado, poderíamos também junto à Secretaria da Educação, fazer um projeto de conscientização, levando isso para as escolas dessas áreas de mananciais. Então, vamos começar a conscientizar os pequenos, para que eles percebam o que nós parecemos não perceber.

Com o aquecimento global, logo nós vamos ter sérios problemas de abastecimento, na cidade de São Paulo, e não podemos abrir mão das nossas áreas de mananciais. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Tem a palavra o Sr. Carlos, da Coalizão pelo Clima.

O SR. CARLOS – Boa tarde. Cumprimento a Mesa, o público e os camaradas

indígenas também aqui presentes. É muito importante ter vocês aqui. Se quiserem falar, eu os convido em nome da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Nós já convidamos. Eles declinaram, mas se quiserem.

O SR. CARLOS – O microfone está sempre aberto. Acho que a gente tem que lembrar muito da Sra. Greta, quando fala que não temos mais tempo. É verdade. Vivemos numa Cidade onde o ar que a gente respira está contaminado e pobre e, muitas vezes, nem nos mostradores de ruas, são capazes de exibir o quanto está difícil viver nesta Cidade, o quanto o ar está poluído, o quanto o tempo seco nos prejudica e o quanto vivemos numa bola de calor. Os indígenas de Jaraguá sabem o que é isso, porque tiveram o modo de vida deles radicalmente afetado por causa das mudanças climáticas e por causa desse sistema capitalista que nós vivemos. Então, apesar das ponderações, é importante a gente dizer que a Prefeitura recuou numa negociação com as empresas de ônibus poluidoras. Era para ser uma proposta um pouco mais avançada, e houve um recuo. As empresas vão poder poluir mais por mais tempo. A Prefeitura faz um movimento também de optar pelo transporte individual, quando quer favorecer vagas de Zona Azul na Cidade. Enfim, faz vários movimentos nesse sentido. Isso vai contra a nossa proposta. Nós não temos mais tempo e infelizmente os nossos governantes não estão nos ajudando. É por isso que a gente se organizou numa coalisão pelo clima e estamos dando força total a essa pauta.

Especialmente em relação à audiência hoje, eu queria fazer uma pergunta em relação à vulnerabilidade e mitigação ou adaptação do plano municipal de mudança climática. Será que a Mesa não acha que é mais importante em vez de apenas querer mitigar os problemas que acontecem? E não se colocar à frente deles e propor medidas concretas ou evitem que acontecem? Por exemplo, falo do plano de contenção de enchentes e deslizamentos em áreas de alta precipitação. Falo de um plano que evite uma nova crise de abastecimento de água. Lembramos há três ou quatro que além de respirar podre e além de viver numa bola de calor, a gente também bebia água literalmente do volume morto.

Então, são essas vantagens que nossos governantes aqui, em São Paulo, oferecem a nós: ar podre e água podre também. Você pode escolher o resto que você quiser, podre também. A gente não quer isso, nobre Vereador e pessoal da mesa. A gente quer outro futuro. É por isso que a gente vem lutando, com as nossas insígnias: Mude o sistema, não mude o clima, entre várias outras. É importante fortalecer isso; e a coalisão está aberta para esses contatos. Vamos fortalecer. Vai haver outras atividades também. Haverá uma reunião no dia 05 de outubro, no sábado, para a gente fazer um balanço do ato que houve na sexta-feira. Vamos consolidando forças, porque só juntos vamos conseguir barrar essa destruição da terra.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Nós que agradecemos.

Tem a palavra o Sr. José Seles.

O SR. JOSÉ SELES – Boa tarde a todos. Nobre Vereador Natalini, obrigado pelo convite para vir aqui. Eu sou conselheiro do PS da Lapa. Participei, no sábado passado, de uma campanha que vocês devem ter visto na televisão, a Limpa Brasil, o Dia Mundial da Limpeza. Então, nós havíamos feito, na Lapa, em junho, uma campanha também chamada Limpa Lapa. O que seria essa campanha? Seriam as pessoas, nos seus respectivos bairros, nas suas ruas, retirarem lixo, catarem lixo. Então, essa campanha foi muito interessante, porque, na primeira vez, eu notei uma coisa interessante, e constatei, na segunda vez, que, por exemplo, o lixo hospitalar, como descarte de remédios, por exemplo, o pessoal joga na rua. Isso é grave. Nós não temos ainda infelizmente uma política volta para esse tipo de coisa. São Paulo é a cidade mais poluída, com mais de 23 pontos.

Nós temos que olhar também, porque os fabricantes, os dois laboratórios ficam, cada vez mais ricos, e eles também colaboram indiretamente com esse tipo de poluição. Então, nós precisamos olhar para esse lado, do lixo hospitalar. É séria a situação em São Paulo. Se vocês verificarem nos hospitais, nos PSs e nos UBSs, verão a quantidade de lixo e os remédios descartados.

Sr. Presidente, nobre Vereador, vou fazer uma segundo, aproveitando a presença

da Vereadora Soninha, para a gente fazer uma campanha especificamente para esse tipo de ação, porque realmente os resíduos hospitalares colaboram com a poluição. Isso é notório.

Eu gostaria de falar uma coisa muito interessante. Eu sou originário da área de manutenção. O que nós precisamos fazer é manutenção da Cidade, nos parques, jardins, a manutenção do verde. A gente se preocupa muito em plantar dois, três ou cinco milhões de árvores. Quem faz a manutenção depois de seis meses ou um ano? Ninguém faz manutenção. Por quê? Porque infelizmente a Secretaria Municipal do Verde de São Paulo não tem uma estrutura adequada, para fazer a manutenção adequada nos parques e jardins. Por quê? Porque o orçamento municipal aqui dado a ela é ínfimo. De 60 bilhões, ela recebe 223 milhões. É muito pouco. O Vereador Natalini já disse isso várias vezes aqui, na Câmara, que o verde não é contemplado aqui suficientemente no regime orçamentário aqui da Casa. É preciso ver isso também, porque nada funciona sem dinheiro. Não adianta a gente querer se enganar.

É muito bonito a gente vir aqui e discursar a favor do clima e tudo bem; mas na hora de ir lá, fazer as coisas funcionarem, tudo tem um custo na vida. Então, é importante que nós façamos campanhas, para que também haja mudança no regime orçamentário da Cidade, com relação ao verde da Cidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Tem a palavra o Sr. Neilton.

O SR. NEILTON – Boa tarde a todos. Eu gostaria de dizer que as cooperativas de catadores recebem muito pouca atenção do Poder Público. O que o catador faz? Ele trabalha com materiais que não servem para mais ninguém. Esse material vai para o lixo, para os aterros, poluindo a nossa natureza, poluindo o meio ambiente; e o Poder Público não compensa os catadores, as cooperativas com projetos ou algum benefício que venha fazer a categoria dos catadores serem vistos como profissionais, como trabalhadores.

Nós tivemos 32 cooperativas não habilitadas pelo Poder Público. Isso deu uma queda de 13% de todo material que era coletado na Cidade que ia para a reciclagem. Então, quer dizer que 13% deixou de ser beneficiado pelas empresas, por meio da cooperativa. Por

quê? Porque a Prefeitura não habilitou 32 cooperativas, deixando, mais ou menos, 800 famílias à mercê da sua sorte.

Então, o Poder Público, tanto o Sr. Prefeito como a Câmara dos Vereadores, deveria estar olhando para a categoria dos catadores com mais atenção. Por quê? Porque nós limpamos esta Cidade com os materiais que não servem mais, que saem das casas de vocês e vão para o lixo e nenhum de vocês pergunta: “Para onde vai esse material?” Então, nós gostaríamos que vocês respeitassem a gente.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Tem a palavra a Sra. Dani Loren.

A SRA. DANI LOREN – Boa tarde a todos. Sou do canal no Youtube *Loven Academy*, comunicação educativa para o desenvolvimento sustentável. Quanto aos pontos que foram colocados, eu vou colocar aqui as soluções que eu vejo para isso, porque muitas problemáticas foram colocadas. As soluções, na verdade, já existem. Eu morei oito anos fora. Então, eu já vi todo tipo de solução ser aplicada, e eu não entendo porque essas soluções não são aplicadas aqui no Brasil. Eu acredito que se não existe aplicação, é porque não existe o entendimento ainda da questão.

Quanto à mobilidade, isso já foi falado. Por que ainda não substituímos os ônibus por transeletricos, que funcionam superbem lá fora? Por que isso não acontece, nas indústrias principalmente? Eu falo muito sobre sustentabilidade, que é equilíbrio.

Então, eu acho que nós temos a necessidade e a urgência de exigir de qualquer processo, de qualquer estrutura o fechamento do mesmo. Graças a Deus, temos aí a lei da logística reversa, que espero que seja aplicada da melhor forma, mas precisamos inserir outros conceitos de sustentabilidade, que eu desenvolvi, em tese, fora, por exemplo, o conceito de separabilidade dos materiais nos processos produtivos, que aqui não existe praticamente. Então, eu dou o exemplo muito banal, da cama *box*, na minha palestra. Quem vai separar aquilo? Então, os *designers* têm que agir antes. A indústria precisa pensar antes. Não adianta querer resolver o problema depois e ficar catando lixo. Admiro os catadores de lixo e acho para

eles devia ser dado dignidade, investimento e tudo, porque eles já estão fazendo o trabalho por si só. Eu acho que as indústrias são uma grande problemática. Elas deviam parar hoje. A gente não tem tempo para planejar. Tem que ser parada a indústria da carne e a indústria de qualquer coisa, porque a gente não precisa de nada, na verdade. A gente precisa desapegar das coisas e resolver, porque não estão resolvendo.

Sobre a saúde, foi colocado que nela tudo está conectado. A saúde está muito relacionada com o meio ambiente; e, aliás, o ser humano perdeu a saúde porque perdeu a conexão com o meio ambiente. Tem o conceito de *ground* lá na internet e depois que começamos a usar tênis não tivemos mais contato com a natureza, desequilibrou o ser humano.

Então acho que deveriam ter investimentos na prevenção da saúde. Eu mesma estou indo em escolas públicas ensinar para as crianças como se conectar com a própria essência através do silenciar da mente para não se perder e depois não ter que se achar de novo, porque eu mesma passei por esse processo e vejo muitas pessoas nessa transição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Muito obrigado a você. Leandro, em seguida Jaci.

O SR. LEANDRO – Boa tarde, eu me chamo Leandro, trabalho no gabinete do Vereador Xexéu Tripoli, quero começar os meus três minutos retomando do primeiro ponto da fala do Gilberto, da importância de conseguirmos enxergar um pouco da metade cheia do copo. Estamos num mundo que vive um problema de mudanças climáticas, mas vivemos uma crise ambiental, tanto é assim que na comunicação os manuais de redação dos principais jornais do mundo já mudaram a nomenclatura do desafio que estamos enfrentando. Não é uma simples mudança climática, mas uma crise ambiental.

E é importante conseguirmos enxergar a metade cheia do copo para não correremos o risco, por exemplo, de repetir a nossa história recente com a eleição do nosso Presidente da República e, enfim, de não apostarmos no quanto pior melhor, de manter certa moderação no

debate.

Vou lembrar, por exemplo, São Paulo é a primeira Cidade do mundo que tem o currículo da rede municipal de ensino alinhado aos objetivos do desenvolvimento sustentável. Essa é uma coisa que precisamos reconhecer o valor, a importância e apoiar o desenvolvimento desse currículo.

Acredito que as novas gerações estão aprendendo os desafios do mundo no qual estão vivendo. As nossas crianças já estão no mundo, não precisam ser preparadas para o futuro. Elas já estão no mundo, na vida. Então esse é um primeiro aspecto importante que queria falar.

Um segundo ponto que acho importante também é falar da nossa política municipal de resíduos sólidos. Estamos numa fase muito inicial ainda da implementação da coleta seletiva dos resíduos. Temos dois terços do nosso território, das subprefeituras, com esse serviço já implementado, mas ainda é pouco eficiente. Nossas duas unidades mecanizadas de triagem ainda estão operando numa capacidade abaixo dos 50% da capacidade delas.

Então é importante o engajamento da população nessa política de coleta seletiva para otimizar a capacidade desse sistema. É um investimento que a Cidade já fez. Esse é um ponto importante e quero, no finalzinho da minha fala, talvez, contar uma coisa que poucos de vocês sabem, mas a cidade de São Paulo foi a primeira Cidade do hemisfério sul a assinar o compromisso global da nova economia do plástico, que foi lançado pela ONU, Meio Ambiente, com apoio da Fundação Ellen MacArthur.

Então existe uma preocupação de reduzir a poluição do plástico na Cidade. Existem algumas ações concretas sendo implementadas. Há um projeto de lei do Vereador Xexéu, aprovado em primeira e está quase pronto para ser aprovado em segunda, que proíbe o uso de pratos, talheres e copos de plástico descartáveis. Temos de identificar essas boas práticas da Cidade, reconhecer, valorizar e disseminar, porque senão vamos ficar sempre naquilo que é o pior do mundo, não fazemos nada e todos os políticos são irresponsáveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Por favor, a Jaci, da comunidade voltou? Ainda não. Então vamos passar para a Luciana Cury, depois o Shigeeda. Se a Jaci voltar me avisem.

A SRA. LUCIANA CURY – Boa tarde, meu nome é Luciana. Faço parte de um coletivo que atua numa praça, na Pompeia, Coletivo Ocupe e Abrace, e a praça é a Praça da Nascente.

Minha questão é a seguinte: a Praça da Nascente é um lugar muito abandonado. São 12 mil metros quadrados de área, a maior área verde do Bairro da Pompeia. E o Coletivo, em 2013, começou uma atuação ali e descobriu nascentes. Oficialmente a Praça se chama Homero Silva e carinhosamente começamos a chamá-la de Praça da Nascente, porque tem vários afloramentos do córrego Água Preta.

Com a ação do Coletivo, inclusive, já recebemos os guaranis num festival e conseguimos devolver a Praça para o convívio e para a malha da Cidade. Então a Praça que antes era um lugar que ninguém frequentava voltou a ser frequentada pela população. Voltou a ser um local de estudo do meio e escolas da Cidade inteira levam seus alunos lá para verem o que é uma nascente, um lago e o resultado da ação da comunidade organizada.

E curiosamente agora estamos com um problema que diz respeito à Secretaria do Verde e Meio Ambiente, então vou falar especificamente para a Laura, mas talvez não seja ela a responsável dentro da Secretaria por essa questão.

A Secretaria autorizou o processo de liberação do alvará de um empreendimento num terreno do lado da Praça. É uma praça que não ocupa um quarteirão inteiro, então tem uma faixa edificada que dava para a Pompeia, essa incorporadora comprou oito casas e desde o início dizíamos, enquanto essas casas estão aqui – eram da década de 50 – tudo bem, elas continuam. Mas a partir do momento que essas casas forem para o chão esse terreno tem de virar praça. A Praça tem de chegar até a Pompeia, a Cidade é carente de espaço verde.

Fizemos uma denúncia na Secretaria de Licenciamento e a Secretaria de Licenciamento passou o processo para a Secretaria do Verde, que curiosamente disse que a

construção ali do lado não vai afetar em nada a Praça e nem as nascentes. Sabemos que todo edifício para ser construído, e lá são 22 andares, tem fundações terrivelmente profundas que interferem no nível do lençol freático e conseqüentemente terá interferência no lago, nas nascentes e na vegetação da Praça da Nascente.

O mínimo que esperamos é que o órgão público não prejudique uma área verde que já existe e está sendo cuidada pela população. Então é uma chamada para a Secretaria do Verde, porque realmente aquele espaço cumpre uma função ambiental muito importante no Bairro da Pompeia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Muito obrigado. Vou chamar a Jaci, em seguida o Shigeeda, em seguida o Rogério, aí encerramos as falas.

A SRA. JACI – *Iané* (ininteligível), na nossa Cultura é boa tarde. Gostaria de agradecer o convite. Estamos aqui em um grupo de 23 pessoas. Dessas 23, 15 são menores, são adolescentes. E o intuito disso é fortalecer principalmente os jovens da nossa comunidade, formando jovens para liderança. E já mostrando o cotidiano de um guerreiro, porque hoje para nós a luta é isso. É ser inserido nesses espaços de oportunidade de fala.

Gostaria de reforçar aqui também, quando tivemos a ocupação na Prefeitura, uma das demandas foi pedindo gari para o Prefeito. Pedindo oportunidade de trabalho para as pessoas da comunidade, porque nós, indígenas, sofremos muito preconceito, tanto do lado de dentro e principalmente do lado de fora. Somos bem discriminados, como chacota, falando: ah, índio é preguiçoso. É engraçado, São Paulo também foi feito pelas mãos dos índios.

E só queria reforçar, teve falas sobre nascentes, e lá na Aldeia Indígena do Jaraguá existem muitas nascentes dentro da Aldeia, no parque, e nós cuidamos disso para não se perder. Mantemos esse espaço bem cuidado, não fazemos descarte de lixo ou esgoto perto desses locais.

E reforçando, pedir para que venham nos apoiar, nos ajudar para que isso venha a se concretizar, a contratação dessas pessoas para limpar a nossa comunidade. Um dos motivos de lixo, porque já passamos e sabemos como é a situação na Aldeia. A Aldeia hoje

está um pouco mais estruturada, tem muitos apoiadores, a Inova, a Urbe, sempre estão nos ouvindo, só que precisa dessa contratação para essas pessoas atuarem dentro da nossa comunidade, porque tem muita criança. E é difícil acostumar as crianças.

Então minha fala é mais para isso, para fortalecer e pedir o apoio de vocês. Que venham a contratar essas pessoas para trabalharem dentro da nossa comunidade, que tenha essa esperança para nós. E abrir mais portas de emprego para os indígenas, porque o Parque Estadual, essa parte do Centro da Cidade só respira bem por causa do Jaraguá, porque ali existe uma comunidade indígena que está preservando o lugar. E a Cantareira que é o pulmão de São Paulo, Cantareira e o Pico do Jaraguá, que são reservas.

E fiquei sabendo esses tempos que vão fazer casas, moradias, acho que 80 mil pessoas, vai ser tipo uma fazenda, uma reserva de moradias. E que vai ter lucro, desmatar, prejudicar o meio ambiente. E vai afetar a nossa comunidade, porque o indígena não derruba árvore, a não ser para fazer a árvore voltar para a natureza, porque todos os recursos que tiramos da natureza voltam e outra, tem dia certo, tem o tempo certo, não é qualquer dia que a gente tira.

Então só queria falar isso. E vou pedir licença, precisamos ir porque têm alguns passando mal porque não são acostumados sair assim. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Nós que agradecemos. Shigeeda, depois o Rogério e voltamos para a Mesa.

O SR. SERGIO SHIGEEDA – Olá, meu nome é Sérgio Shigeeda, o Natalini me chama de Shigeeda. Gostaria de agradecer a inclusão do meu nome, porque não estava inscrito, vim aqui mais para ouvir conforme você declarou no início, mas sou um plantador de árvores há anos aqui em São Paulo.

Colocamos como meta combater as condições climáticas que hoje já é crise, não é nem condições climáticas. É uma crise que gera muitos problemas e plantamos árvores sim. Quem vai cuidar depois deveriam ser os próprios plantadores ou os próprios moradores locais.

Então não temos desculpa. Temos de plantar árvore porque vai ajudar a combater

essas condições climáticas. O Natalini é um cara que planta com a gente já faz tempo e é sabedor disso. Todos nós temos de começar saber disso. É muito bom saber que a Amlurb está começando a envolver crianças, escolas, porque mudar o hábito de adultos é complicado. Temos de fazer o embasamento pelas crianças e principalmente estudantes.

Sentimos muita falta de universitários, porque quando estamos plantando e fazendo um evento nós plantamos pessoas além de árvores, porque temos de fazer várias oficinas, ensinar as pessoas a cuidarem e viverem em harmonia com a natureza. Senão não adianta nada, se plantam numa comunidade longe, as pessoas vão tirar para elas, infelizmente ainda acontece isso. Vão tirar para levar para casa. Não é isso que tem de ser feito. Tem de ser compartilhado com todos, principalmente com a natureza.

Uma das coisas que gostaria de registrar aqui, há uma vibração enorme de todos os plantadores, são vários coletivos que nós ajudamos a criar. Amanhã serão plantadas mil árvores lá no Dom Pedro, está todo mundo convidado. É um programa do Verdejando e vamos lá. Não interessa se é Globo, se é Record, o nosso mantra é plantar para melhorar o planeta.

O que queremos, por exemplo, da Secretaria do Verde, também não sei se é com a Laura, é que não faça engessamento. Estamos tentando fazer com que todos plantem de maneira correta, como o mantra do Natalini, plantar a espécie certa no local certo e na hora certa. E o PL dele não andou por conta disso. Deu uma congelada não sei por que, mas temos de fazer facilitações para que a pessoa plante. Como vamos plantar um milhão de árvores se todos não participarem. Não vamos. E cuidar também, que é o mais importante.

Alguns falaram: para plantar tudo isso aí não dá. Acho que dá sim, mas temos de fazer uma coisa conjunta e todos participarem. É o que todos estão falando, já passou do momento e temos de fazer alguma coisa. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Tem palavra o Sr. Rogério.

O SR. ROGÉRIO – Boa tarde a todos e a todas.

Sou membro do conselho gestor do Parque Chácara do Jóquei. Sou representante e participante do fórum permanente de parques e áreas verdes da cidade de São Paulo, um

fórum que se juntou, desde o começo do ano, para pensar essas áreas públicas ou, quando forem concessionadas, pensar a melhor forma de trabalharmos essa situação.

Agradeço ao Vereador Natalini, que já sabe da existência do fórum, a oportunidade de estarmos na audiência. Quero parabenizar, em nome da Marília, o esforço de todos pela colisão da luta pelo clima.

Brigamos por parques e áreas verdes e agora, até dialogando com a Mesa, o que o Rafael falou sobre área de resíduo. Os nossos parques e áreas verdes são grandes áreas para trabalharmos nisso. Eu sei que em muitos parques e em áreas verdes já existem projetos. Muitos, infelizmente, já não vão nem para frente, mas esse é um assunto em que podemos colocar a população.

Hoje, no Município de São Paulo, vivemos cada vez mais em espaços menores dentro de casa. Então temos de abraçar áreas verdes, áreas públicas. Eu faço isso. Eu moro do lado do Parque Chácara do Jockey em um apartamento de 60 m², e o espaço que eu tenho para brincar com o meu filho é o parque. Por isso que é importante a existência do parque. E essas atividades, no parque, são muito importantes.

E dialogando com a Professora Thais, eu até gostaria de saber se existe alguma pesquisa, algum estudo que mostre a questão da saúde com a existência de parques e de áreas verdes na cidade de São Paulo, o quanto isso beneficia a saúde.

Agora falando como representante do conselho gestor do Parque Chácara do Jockey, temos trabalhado, já fizemos duas audiências com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente para fazermos um plano diretor participativo, com a presença da sociedade. Lá existe uma comunidade muito ativa, muito importante. E nós até vimos, pelo plano diretor do Parque do Ibirapuera, o Ministério Público entrando... Vimos que o plano diretor está prevendo a construção de um estacionamento subterrâneo com dois patamares e nós temos medo que um parque vire um objeto, vire uma questão de *shopping center*.

E também brigamos, dentro do fórum, para que o orçamento da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente seja aumentado para 3% pelo menos. Hoje é 0,4%, que é uma

vergonha. Então, precisamos brigar pelo aumento da verba, porque, senão, não dá para fazer muita coisa.

Então, é isso. O fórum está aberto para quem quiser participar. Parques e áreas verdes são um tema muito interessante para o abraço de todo mundo. Lá, não existe a diferença de classe social, esquerda, direita, todo mundo pode ir lá e trabalhar. Mas vamos brigar para manter parque público, porque só assim teremos espaço para podermos nos mobilizar.

Eu agradeço a todos. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Nós é que agradecemos.

Terminada a lista de inscrição dos participantes, eu vou voltar à Mesa.

Tem a palavra a Sra. Marília, para as considerações finais.

A SRA. MARÍLIA CUNHA – Eu fui a pessoa que pediu fisicamente, mas em nome da Coalizão. Então, estou só representando.

Então, para finalizar, eu vou ler a nossa Declaração de Emergência Climática, com algumas supressões, só pra deixar um pouco mais rápido.

Declaração de emergência climática em São Paulo. O Brasil, ao assinar o Acordo de Paris na 21ª conferência das partes, reconheceu a ameaça das mudanças climáticas produzidas pelas emissões de gás de efeito estufa e a necessidade de limitar o aumento da temperatura da terra em até, no máximo, 1,5 graus acima dos níveis pré-industriais.

Frente a isso, não apenas governos, mas também estados, cidades e instituições públicas e privadas de todo mundo estão decretando situação de emergência climática, em que assumem o compromisso de zerar suas emissões.

A cidade de São Paulo tem um papel protagonista na sociedade brasileira e deve agir como líder global. Isso já foi estabelecido pela Lei 14.933, de 2009, mas os governos passados poucos fizeram nesse sentido e as emissões aumentaram ao invés de se reduzirem.

Com essa resolução, os poderes executivos e legislativos da cidade de São Paulo declaram que a emergência climática ameaça a nossa cidade e a civilização como um todo. A

cidade de São Paulo se soma a outras cidades do mundo e se compromete, portanto, com uma transição justa em todo o seu território, assim como o esforço de mobilização emergencial para reverter o aquecimento global, proporcionando assistência financeira, regulatória e jurídica a fim de estabilizar as temperaturas médias globais.

A cidade de São Paulo suspenderá imediatamente o desenvolvimento de qualquer infraestrutura com base em combustíveis fósseis; implantará rapidamente planos de transição de trabalhadores ligados aos setores penalizados pelas mudanças; efetuará a transição das energias poluentes hoje utilizadas para energias limpas e renováveis, adotando, a curto prazo, exclusivamente transportes públicos não poluentes, revendo, para isso, acordos previamente firmados, com uma nova licitação de ônibus, que prolonga em demasia a substituição da frota, e barrando gradativamente a circulação de quaisquer veículos movidos a combustíveis fósseis de seu território, até sua proibição total em 2030; promoverá a educação de seus residentes sobre a emergência climática, intensificando a participação da comunidade paulistana nas políticas públicas, além de promover programas de reflorestamento e a criação de novos parques públicos. Para isso, as autoridades de São Paulo estabelecerão, ainda em 2019, um plano estratégico para a mitigação das mudanças climáticas com a meta de eliminar 100% das emissões de gases de efeito estufa em todos os setores da economia até 2030. Adotará, nesse caminho, metas impositivas de transição para neutralizar 40% das emissões de carbono até 2025 e instituirão um conselho de combate às mudanças climáticas, que acompanhará o processo de redução das emissões, composto pela sociedade civil, comunidade científica, representantes do governo.

As autoridades da cidade de São Paulo convocarão igualmente as autoridades do Estado de São Paulo, do Brasil e todos os governos e povos do mundo a declarar emergência climática.

Esse o fim da nossa declaração e, com ela, só gostaríamos de lembrar de que aqui vocês, integrantes do governo, têm os dados; têm as perguntas e as demandas que apareceram nesta sala e que aparecem em outros momentos; tiveram a manifestação em todo

o mundo, como um termômetro; têm a legislação; vocês estão construindo um plano e, agora, vocês têm essa declaração climática. Então, entendemos que não se comprometer com isso, em operacionalizar de fato, é uma sinalização grave de alinhamento com o governo Bolsonaro. Então, acho que está na mão de vocês a narrativa que vocês querem dar a esta gestão.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Nós é que agradecemos.

Quem quer ser a próxima? Tirem par ou ímpar.

A SRA. LAURA LUCIA VIEIRA CENEVIVA – Eu anotei tudo o que todo mundo falou e tem uma variedade muito grande de assuntos. Os dois assuntos que se refeririam especificamente ao conselho gestor da Chácara do Jóquei e o da Praça da Nascente, que é a liberação do empreendimento são coisas de que não posso falar, porque não são da minha competência e eu também desconheço. Então, não tenho como referir.

Considerando a variedade dos assuntos, a minha intervenção vai ser bastante genérica.

Vou começar pelo texto e pela leitura que a Marília fez. Ela disse assim..., que pede a instituição de um conselho de combate às mudanças climáticas, que acompanhará o processo de redução das emissões, composto pela sociedade civil, comunidade científica e representantes do governo. Imagino que isso está aqui porque vocês discordam que o comitê existente é válido para essa finalidade ou, enfim, seria importante conhecer quais as razões pelas quais aquilo que já existe precisa ser desfeito.

Com relação à questão do vegetamento ou desflorestamento e tudo mais, é evidente que está muito certo quem defende a manutenção e, mais que tudo, existe uma intenção da nossa parte de que seja possível a Prefeitura visualizar os meios pelos quais uma intensificação da vegetação de São Paulo possa ser feita. Está para ser publicado agora o mapeamento da vegetação do Município de São Paulo, que é uma coisa fantástica, um instrumento que poucas cidades do mundo tem, e esse instrumento vai permitir um direcionamento da ação do Executivo bastante mais preciso.

Com relação à questão da emergência, eu particularmente entendo que temos, sim, uma emergência, mas, ao mesmo tempo, é importante pensarmos que vivemos em uma sociedade complexa, com interesses os mais diversificados. Aliás, a riqueza do Brasil é a diversidade de sua população, de seu território e tudo mais. Então, precisamos considerar essa diversidade, ainda que mesmo que discordemos e, às vezes, violentamente dela. A nuvem negra que cobriu São Paulo parece apocalíptica, é um sinal de que essa emergência já foi muito além de qualquer tolerância. Ao mesmo tempo, o fato é que a nuvem aconteceu. Há pessoas que têm interesse nessas coisas. A Resolução Conama que transforma os padrões de emissão da produção automotiva tem início agora em 2023. Existem outros interesses em vários campos. Eu estou dando um exemplo só. E essa nossa diversidade precisa ser identificada e analisada para que possamos atuar de uma forma objetiva e consequente, não necessariamente voluntarista. Às vezes, é preciso paciência para você conseguir ir enfrentando os problemas no dia a dia para construir alguma coisa.

A questão da disponibilidade de água, eu acho que – e o Vereador falou isso –, é um dos problemas mais sérios de São Paulo. Já é uma situação de escassez hídrica a que temos, a quantidade de pessoas para a água que temos aqui, e o Município de São Paulo, por exemplo, tem em seu dístico, diz: “*Non ducor, duco*”. “Não sou conduzido, conduzo”. É uma declaração de soberania. E só teremos soberania se tivermos água, o mínimo de água. Então, nós temos, sim, de proteger tudo isso e, ao mesmo tempo, por exemplo, além de ocupações irregulares pelo crime organizado, que torna a ocupação irregular bem mais grave, temos grandes investimentos querendo desmatar. Tem hipótese ou de aeroporto, ou de centro de distribuição. Têm coisas muito maiores e mais pesadas, vamos dizer assim. Então, temos de enfrentar isso.

Queria dizer para o povo, os catadores, que eles são o máximo. É muito legal o trabalho que eles têm para a sociedade, é um trabalho de formiguinha. E, dentro do possível, estamos tentando colaborar para o processo de... Eu não vou dizer regulamentação da profissão, mas, enfim, aquilo que seja possível para favorecer a dignidade do trabalho.

Os indígenas. É maravilhoso uma cidade, que é uma das maiores do mundo, ter as aldeias indígenas ainda em seu território. E, da mesma forma, a fala dela apontou fundamentalmente a dignidade do trabalho, a vontade do trabalho e a dignidade de um futuro para os jovens e, evidentemente, quem quer que trabalhe com a coisa pública é parceiro e estamos à disposição.

A questão da gestão do lixo. Acho que todas as pessoas que falaram, falaram coisas que são parte daquilo que a Prefeitura faz.

E, por fim, para exemplificar essa complexidade que eu me referi. Temos a política automotiva brasileira, a razão principal de nossas emissões, o transporte rodoviário, mesmo em nível federal essas coisas implicam disputas políticas. O Ministério do Meio Ambiente teve disputa política com o Ministério... Bom, os ministérios mudaram de nome, eu sei lá como é o nome hoje, mas era o de Indústria e Comércio, para a discussão da Rota 2030, que é a nova política brasileira da indústria automotiva.

Então, se lá no nível federal tem essa discussão na relação direta com os capitais transnacionais das indústrias, vocês podem imaginar a dificuldade que temos, no nível municipal, para trabalharmos com essas coisas, o que não impede e nem significa que o Município de São Paulo não adote o seu peso político e, eventualmente, o seu peso econômico para defender as posturas que são necessárias. E eu diria até que nós, que vivemos nesta cidade de 12 milhões de habitantes, muitas vezes, sentimos o drama na frente de outras populações que vivem em ambientes eventualmente até mais protegidos ou menos predados.

Então, eu acho que essa complexidade precisa ser enfrentada, porque se não formularmos soluções que tenham essa visão das diversas interações dos diversos setores e segmentos da sociedade com interesses políticos, condições físicas do território diferenciadas e tudo mais, condição de acesso, padrão informacional, não vamos conseguir formular soluções que sejam consistentes e duráveis. Como disse o colega do “copo meio cheio”, eu acho que é verdade, a gente sabe que no planeta está acontecendo tudo isso porque tem um lado positivo do avanço tecnológico e não gosto de dizer civilizatório porque há divergências,

mas enfim, no mínimo, um avanço tecnológico que a gente tem é uma parte positiva que permite enxergar um monte de coisa.

Então, a gente precisa focar naquilo que tem que ser mudado e na complexidade que precisa ser mudada para evitar, por exemplo, perder a parte boa que já foi alcançada. Não tenho dúvida de que o Secretário, a Secretaria do Verde, apoia todas essas atividades que foram hoje aqui enunciadas.

Quero terminar também com a fala do Prefeito no evento que teve a semana passada junto com o Banco Mundial e um monte de organizações nacionais e internacionais onde ele disse exatamente aquilo que a Marília apontou que a questão da mudança do clima não é uma questão de política partidária ou de um governo ou de outro, mas sim uma política pública. O fato de ser uma política pública inequivocamente não significa que não existam governos e que a gente não tenha de considerá-los na nossa equação. Isso é um fato.

Então, a política pública para ser consistente precisa incorporar essas variáveis e a gente está procurando fazer isso sempre e até o mais do limite das nossas forças. Então é isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Vou passar para o Antonio, da Secretaria de Mobilidade e Transporte.

O SR. ANTONIO RUDNEI DENARDI - Queria agradecer o convite do Vereador Natalini. No âmbito da Secretaria de Transportes e Mobilidade foi instituído, no primeiro semestre deste ano, o comitê gestor do programa de acompanhamento de substituição de frota por alternativas mais limpas. Esse comitê – até oriundo de lei do Vereador Natalini - abriga as mais diversas posições da sociedade. Ela vai da Anfavea ao Greenpeace e começa a discutir todas essas formas alternativas.

É muito recente. Começou agora no primeiro semestre, mas é o caminho natural. Todos os envolvidos, pessoas e entidades interessadas, a sociedade discutem no fórum adequado as possibilidades que estão acontecendo.

A questão que está começando na área de transporte a acontecer é o ônibus

elétrico. Há algum tempo atrás não havia viabilidade nenhuma do ponto de vista econômico e também a questão comercial porque as baterias deles eram insuficientes, hoje, já se fala de uma carga de bateria de quatro horas para ônibus e começa-se a adquirir ônibus em escala - aparece em cidades como Santiago, em cidades como Bogotá - da aquisição de ônibus elétricos.

Enfim, acho que o Comfrota, que é esse comitê gestor da Secretaria, é o fórum adequado para se buscar os caminhos necessários para o cumprimento do que se fala aqui no documento de vocês que é “efetuar a transição das energias poluentes hoje utilizadas para energias limpas e renováveis adotando, em curto prazo, exclusivamente transporte públicos não poluentes.” O caminho é sempre da disposição.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Vou passar para a Dra. Thais Mauad, por favor.

A SRA. THAIS MAUAD – Obrigada pelo convite. Esta situação tem que tirar o sono da gente. A gente está vivendo uma emergência climática. Tem que tirar o sono e tem que deixar a gente muito brava. Então, a gente sabe que o poder público é muito lento. Tem uma lei de 2009 e provavelmente não foi feito nada, ninguém do Poder Público presente conseguiu mostrar uma atitude proativa de 2009 para cá e estão falando de coisas que estão começando a conversar agora sendo que a existe desde 2009. Então acho que a gente não pode contar com a presteza do poder público.

Segundo, a gente não pode esquecer que as grandes corporações hoje estão queimando. Vejam o que está acontecendo. A Bancada Ativista colocou uma lei, colocou que o Governo do Estado está colocando uma lei para dar incentivo para a indústria automobilística. Veja, alguém está falando aqui de transporte limpo e está saindo uma lei na Alesp para falar de transporte, tirar dinheiro de ICMS de Saúde para dar para a indústria automobilística. Então, a gente pode ver o quanto que a gente pode confiar que as mudanças sejam feitas pelo poder público.

Considero que a lentidão e a coisa das grandes corporações que, na verdade, hoje, dominam as decisões que são feitas. Então, acho que a gente tem de estar muito preocupado muito bravo. Se eu fosse jovem, eu estaria muito brava, muito brava com o que está acontecendo e tomava essa atitude de litigância.

Tenho dizer que é um absurdo essa coisa que está acontecendo com a Praça da Nascente. A gente tem um estudo mostrando em São Paulo que a gente mapeou todas as áreas verdes e plotou em 5000 pacientes com hipertensão. A gente sabe que 60% das pessoas desse grupo e 60% não tem um parque um quilômetro de raio de distância. A gente sabe que quem tem parque perto tem 7% a menos de ser hipertenso. O mundo inteiro está mostrando que quem tem área verde perto de si as crianças são mais inteligentes, o metabolismo é diferente, tem menos chance de ter metabolismo de doenças cardiovasculares.

Então, é um absurdo o que aconteceu com a Secretaria do Verde de voltar o processo para esse grupo que revitalizou uma praça que estava no lixo, que é como estão todas as praças de São Paulo. Além de não ajudar, estão atrapalhando. Realmente, gente, eu acho que o caminho não é esperar que as mudanças venham rapidamente do Poder Público. Eu acho que as mudanças são individuais e necessitam de pressão popular muito grande porque se não tiver isso, não vai acontecer nada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Muito obrigado. Rafael Galvão.

O SR. RAFAEL GOLIN GALVÃO - Para concluir, só pegando um gancho que do que a Thais falou, o Professor Demóstenes, da Esalq, sempre fala que tem um estudo de Boston, quando o pessoal comentou da relação de saúde e bem-estar perto de áreas verdes que tem os índices de obesidade com crianças é menor em população que vive perto de áreas verdes.

Falando de Amlub um pouco, os catadores - eu não atuo dentro de Amlub basicamente na área de resíduo seco, então fica complicado eu dar uma opinião sobre as demandas de vocês, mas a Amlub tem o Programa Reciclar para Capacitar que vem trabalhando com catadores e a questão da redução do volume de resíduo que é coletado tem

um estudo também a geração entre o consumo de São Paulo porque os caminhões continuam passando nas mesmas áreas e eles são entregues e aí a questão das cooperativas. Eu anotei todas as informações que eles passaram e vou passar para o setor responsável que até pode entrar em contato com vocês para a gente poder falar disso de forma mais clara e com maior autoridade.

Dentre os pontos abordados aqui eu queria falar um pouco sobre logística reversa e o papel que a cidade acaba conseguindo realmente em cima disso. A Lei 12.305 não estabelece que o Município vai ser o responsável por conduzir os acordos de logística reversa. Então, uma legislação municipal que possa vir a atuar nesse sentido pode fazer toda a diferença porque se você faz um acordo setorial com o Governo Federal, a Prefeitura não tem poder nenhum, então, fica muito difícil negociar com os grandes grupos, negociar com o setor e a gente acaba ficando engessado. Muitas vezes a Prefeitura quer agir, mas ela não consegue por uma questão legal. Isso acaba saindo do nosso controle. Cabe ao Legislativo Municipal agir nesse sentido.

O Seres comentou a questão do remédio. Acaba não sendo nenhuma questão da minha área, mas eu gostaria de perguntar se todo mundo aqui sabe como é que você dá deposição do remédio que está vencido na sua casa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RAFAEL GOLIN GALVÃO - Em 2015, eu fui até o trabalho que foi desenvolvido pela Mônica na época dos cinco elementos que levantou todos os pontos de coleta de remédio na região da Lapa. Na época eu até trabalhava lá. Tinha um mapa. É uma questão setorial também, às vezes, a gente não acaba tendo o poder de negociar, de obrigar. Às vezes as pessoas trazem tudo para a questão da Prefeitura e nem tudo está em nossas mãos e falo também como cidadão. Trabalho na Prefeitura e também sou cidadão e eu me incomodo com isso quando eu estou do outro lado do balcão, também me incomodo.

Realmente, a gente entende que tem que ter o papel talvez seria primeiro como até a Thaís falou alguma coisa ontem de ligar, você tem que ligar na empresa que comprou o

remédio e até passar para nós inclusive o que ela está dizendo sobre isso.

A questão dos parques, nós entendemos também que tem que ter... Tem muito parque que já faz muita coisa, tem posto de saúde fazendo muita coisa. Nós descobrimos, o Sérgio falou das escolas, de trabalhar com jovens, a Rede Municipal tem feito muita coisa. Eu fui conversar com o Secretário de Educação e eu descobri que uma realidade já acontece na cidade e é muito forte isso e eu acho que isso será um diferencial, infelizmente não em curto prazo, mas eu diria que em médio prazo. Na questão da educação, em médio prazo, essa diferença vai ocorrer.

Mas nós continuamos dentro de Amlub tentando trabalhar para construir e para formar também junto com a Secretaria de Educação cidadãos mais conscientes e que pensam de forma diferente.

Para finalizar, eu queria falar um pouquinho que toda essa mudança, em minha opinião, vai partir muito também da gente, da gente como sociedade, da gente como nós vamos influenciar nossos colegas. Foi citado aqui de influenciar a família, influenciar os vizinhos porque até na questão da gestão do lixo, tudo que eu ouvi até hoje de cidades que têm tido mais sucesso não partiu só do governo. O governo partiu quando foi na questão dos resíduos, foi impondo tarifas nas cidades, mas a população também se organiza e agir e denunciar e atuar de forma que nós consigamos mudar o cenário. Realmente, só eu lá do lado da Prefeitura, como Prefeitura, eu acho que é difícil que nós consigamos atingir todas as metas.

É muito importante a participação da população e a gente tem muito interesse em ouvir também. Então a gente está sempre de portas abertas em Amlurb para receber todos eu quiserem ir até lá e discutir os assuntos que são pertinentes ao nosso setor.

Muito obrigado mais uma vez. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Muito obrigado. Por favor, Professor Gylvan.

O SR. LUIZ GYLVAN – Obrigado, Natalini. Eu vou responder a uma provocação

que foi feita sobre armadilhas no meio do caminho e bobagens que têm sido ditas por aí. Tem várias e bem organizadas, mas antes disso eu escutei com interesse seus comentários e de outras pessoas aqui sobre o problema da proteção dos mananciais. A Itaipu binacional - 50% brasileiro - é uma estatal e teve felizmente várias gestões muito interessantes. Eles essencialmente disseram “Como é que eu faço para minha usina, como responsável, funcionar direito? Eu preciso de água e preciso que não haja assoreamento, ou seja, que não junte areia no fundo porque diminui a capacidade do reservatório.” E é aí começou, aos poucos, a interagir com os municípios em volta. Não é só uma voltinha, por exemplo, aqui em São Paulo no Tietê da CESP e depois a AES tem uma área de proteção ambiental em torno de todos os reservatórios, mas Itaipu fez muito mais, pegou os municípios inteiros e fez um programa de desenvolvimento de agricultura de forma que não houvesse assoreamento.

Outro dia um colega me falou isso na mesa na discussão e estava se falando do Dr. Benedito Braga, que é o presidente da Sabesp. Benedito é um cara extremamente bem informado, inteligente e bem intencionado, mas provocado ele disse “não, a função da Sabesp é coletar a água, processá-la, quer dizer, limpá-la e tratar o esgoto, tratar água suja.” E aí alguém perguntou: “Mas, Benedito, e você não se preocupa de onde vem essa água?” Ele disse: “Não. Não é função minha.” Ele tem razão. Legalmente, não é, mas isso precisa mudar. Isso não é uma função municipal, é estadual, mas precisava dizer “Benedito, é responsável sua. Vire-se!” E ele ainda consegue, porque, senão, fecha a Sabesp.

E a outra coisa que eu queria dizer, o aplicativo que eu uso para acessar o *e-mail* passa pelo *Google*. E agora apareceu uma onda de notícias do tipo “Mudança do clima já foi resolvida. Os cientistas encontraram a forma de usar dióxido de carbono como combustível”. Isso aí viola várias leis da física, da termodinâmica. O dióxido de carbono está em um estado de energia muito baixo. Você não tem como usar o dióxido de carbono para queimar. Mas está lá, com cara mais deslavada do mundo. E no *Google*, hein. E o *Google* tem uma influência grande.

Então, esse tipo de notícia é plantada. Em um certo momento, em seus áureos

tempos, a Ericsson pagava 10 mil dólares para qualquer um que tivesse um diploma de doutor e que escrevesse um artigo, em jornal, dizendo que mudança do clima não existe. Depois, a direção da Ericsson mudou e eles pararam de fazer isso.

Mas essa campanha que está aparecendo por aí, de dizer que existem soluções fáceis para a mudança do clima, isso aí é preocupante. Precisamos ficar de olho nisso.

Era isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Muito obrigado, Professor.

Tem a palavra a Sra. Vereadora Soninha.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Vou corroborar com algumas coisas ditas aqui, na Mesa, e fazer alguns apelos.

Em relação ao que o Rafael falou, por exemplo, o desespero que nós mesmos temos aqui quando há bastante responsabilidade e algum poder, mas não todo o poder que gostaríamos de ter. Quantas coisas, quantas iniciativas não estão ao alcance do Município?

Enquanto vocês falavam aqui dos remédios, eu me lembrei de um projeto de lei de 2015, do Antonio Donato, PL 640/15, que institui a obrigatoriedade da fixação de caixas coletoras nas farmácias e drogarias para os consumidores retornarem resíduos sólidos provenientes de saúde, como embalagem primária, instrumentos perfurocortantes, eventuais sobras de medicamentos e medicamentos vencidos”. Este projeto de lei foi aprovado e foi integralmente vetado, com a alegação de que não é competência do Município estabelecer isso; que também não é justo obrigar só as farmácias e drogarias a cuidarem disso, quando todos os estabelecimentos de saúde têm alguma responsabilidade e, depois, seria até perigoso obrigar as pessoas a carregarem os instrumentos até às farmácias. Então, o projeto foi inteiro vetado.

Então, as razões de veto ficam sempre aqui embasadas em mil e dois dispositivos legais, tudo, mas em toda lei aprovada, sancionada ou vetada tem sempre uma escolha política. E essa escolha política depende muito de um contexto favorável, porque toda escolha contraria algum interesse. E um governo, um governante, precisa estar muito apoiado,

respaldado quando ele toma uma decisão que, inclusive, vai ser questionada na Justiça, como já aconteceram várias vezes. Muitas leis, em São Paulo, foram sancionadas, a lei que proibia a venda de pele e a comercialização de *foie gras*, patê de fígado de ganso. Foi aprovada na Câmara, foi sancionada pelo Prefeito e foi barrada na Justiça.

Então, aí vem a parte do apelo. Uma das principais razões para eu querer ser Vereadora era a pauta ambiental, o desespero que me dava trabalhar na MTV, fazer campanha para que as pessoas separassem o material reciclável e as pessoas não teriam o que fazer depois com o material, porque não tinha nem sombra de possibilidade de coleta seletiva. Por várias vezes, eu olhava e falava assim: “Cadê a Câmara Municipal de São Paulo, que não faz nada? Cadê os Vereadores?” E, às vezes, a gente está aqui e fala “Mas cadê todo mundo, pelo amor de Deus? São inúmeras audiências públicas aqui de projetos de lei, onde não tem um mísero inscrito para defender. Pode procurar nas atas das audiências públicas. A Comissão de Finanças, semana que vem, tem uma audiência pública com uns dez projetos em pauta.

Eu não estou culpando as pessoas por não saberem, ou não poderem vir, eu só estou dizendo que a gente precisa de vocês mais do que vocês imaginam, a gente precisa de apoio da sociedade para fazer pressão e para dar respaldo a decisões, muitas vezes, impopulares dos governantes; decisões que podem ser questionadas na Justiça, ou não, dependendo da massa crítica que tiver sustentando aquilo.

Então, em relação a restrições de automóveis, por exemplo, imagine a gente aprovar na Câmara uma ampliação do rodízio de automóveis. Eu garanto para vocês que virá muita gente aqui, de porta em porta, de gabinete em gabinete, a cantar aqui na porta, xingar Vereador, falar “Nunca mais você passa na minha rua”, se a gente aumentar a restrição à circulação de automóveis em São Paulo.

Muitas vezes, criam-se taxas, restrições, proibições, quem é a favor da restrição e da proibição não se mobiliza tanto quanto aquele que vai ser restrito, aquele que vai ter um direito seu diminuído, cerceado, vem aqui e diz o seguinte: “Eu pago imposto, eu comprei meu carro com o suor do meu trabalho e não posso sair com o carro na segunda-feira?” Então, a

gente precisa de vocês para apoiar, especialmente, determinadas pautas ambientais que criam, em alguns casos, um pequeno desconforto, que é o suficiente para as pessoas ficarem revoltadas; e, em alguns casos, cria uma grande reorganização na sua vida. Isso deixa as pessoas mais revoltadas ainda.

Portanto, Vereadores que apoiam pautas impopulares, que impõem restrições ao consumo, obrigações ao descarte, restrições ao uso, precisam de massa crítica, de apoio social, de mobilização, para que essas pautas prosperem dentro da Casa e depois também junto ao Executivo.

Concordo que a gente precisa espalhar uma parte do copo cheio, porque senão a gente só entra em desespero. O Vereador Natalini manda mensagem todo dia no grupo de Vereadores: “A CPI do desmatamento”. Eu acordo, entro no Whatsapp e entro em desespero, porque eu concordo com ele. Isso é até bom, ter certa adrenalina, senso de urgência, mas tem um ponto de virada que o desencanto desmobiliza também. Tudo é tão gigantesco e fora do alcance, tudo é tão tenebroso, tudo é tão assustador, que você perde o ânimo, que você não consegue contagiar as pessoas a favor da sua pauta.

Então é importante a gente perceber, reconhecer e espalhar o que tem de melhor hoje em dia do que tinha em 1995, quando eu trabalhava na MTV: muitas coisas. muitas noções, muitos conceitos, muitos processos, muitos sistemas, muitas possibilidades existem hoje que a gente nem sonhava. E, sim, se a gente olhar para alguns países europeus, ou São Francisco, Boston, a gente fala: “Ai que lindo o sistema deles”. É legal a gente ficar sonhando, querendo e agindo para ter essas possibilidades positivas, como algo que nos mantenha também animados e unidos para alcançar isso.

Sobre coleta seletiva, o sistema todo de coleta seletiva tem defeitos, vários, tem coisas que precisariam ser modificadas, corrigidas; e tem deficiências, quer dizer, a cobertura não é total, tem uma porção de problemas, a informação é deficiente etc. Mas sabe o que é pior? Que o que já tem não funciona direito. Quanto de rejeito chega numa central? Puxa, 40% de rejeito. Quer dizer, alguém que se dispôs a colocar o seu material reciclável, no dia certo, na

hora certa, para o caminhão certo, ainda manda misturado? Ou o cara fala: “Legal, você vem aqui tirar o meu reciclável? Mas você vai ter que levar tudo, porque há um grande gerador que não quer contratar a empresa certa para levar o que é rejeito dele. Então a gente tem que ser muito convincente, tem que ser muito rigoroso com as pessoas que já têm a noção, pelo menos, para que sejam rigorosas consigo mesmas, para que não queiram se livrar do reciclável: “Se for o material orgânico junto, tudo bem, eles separam”. Ou então “eu vou pôr aqui na calçada mesmo, porque algum catador vai levar e vai ser legal”.

Quer dizer, é uma noção legal isso que eu tenho não serve mais para mim, mas tem utilidade para alguém; mas não é assim que se faz. A gente tem que tem que ser muito rigoroso conosco, muito rigoroso. Eu canso de ver gente que sai daqui de um debate bacanérrimo e arremessa a bituca na calçada depois, eu não me conformo com isso. Já me desencantei muito com um professor da PUC que eu amava, que um dia falou que os alunos tiraram um barato da cara dele porque ele tinha uma Blazer a diesel, sei lá, e eu: “Puxa, professor, o senhor vem aqui falar de economia circular e aquecimento global e o senhor tem uma SUV a diesel? Pelo amor de Deus!”

A gente que já tem noção tem que ser muito rigoroso consigo mesmo, sem perder a paciência de demonstrar para as outras pessoas como o meio ambiente é uma questão de todos. Eu não como carne por compaixão com os bichinhos e por questões ambientais, mas eu não posso aceitar só a adesão dos vegetarianos e dos veganos, eu não posso falar com desdém de quem come carne e perder, desvincular essas pessoas e criar mais uma barreira nesse mundo louco em que a gente vive de que ou você é uma coisa, ou você é outra. “Ah se você defende o meio ambiente você é contra os empregos gerados pela agricultura”. Para! A agricultura precisa do meio ambiente muito, totalmente. “Ah, não, se você é a favor da preservação de mananciais, você é contra o movimento de moradia”. Mas, cara, os mais pobres vão se ferrar mais na crise climática. Para! O meio ambiente não é inimigo nem das causas sociais, nem dos movimentos de moradia, nem da agricultura, do setor produtivo, porque todos, absolutamente todos, precisam de um planeta que dê conta e que nos sustente.

Então sejamos rigorosos conosco e tenhamos o discurso, a fala, que agregue, que motive, que toque as pessoas, que inspire, que traga mais gente para o nosso lado.

É isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Tem a palavra a Sra. Marília.

A SRA. MARÍLIA CUNHA – Vereadora Soninha, não dá para ter esperança nesse cenário. Eu entendo as respostas de vocês, mas...

A SRA. SONINHA FRANCINE – Não foi isso que eu disse, você está rebatendo alguma coisa que eu não disse.

A SRA. MARÍLIA CUNHA – Ok. Agora eu vou prosseguir, porque eu já vou pular sua fala. A senhora já falou. Obrigada.

A gente trouxe aqui a declaração para o Prefeito assinar. A gente entende que não é uma função de vocês assinar decreto nem declaração, mas como o Prefeito não compareceu, em nome da Coalizão pelo Clima, eu peço para a gente marcar uma reunião com o Prefeito para discutir essa declaração de emergência climática. Eu preciso saber se cada um das Secretarias presentes e se os Srs. Vereadores podem assumir o compromisso de marcar essa reunião com o Prefeito, já que esta audiência não foi o suficiente para ele vir, para a gente ver essa questão da declaração de emergência climática. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – É claro. Nós vamos dar continuidade. As coisas não vão acabar hoje, nós vamos chegar aonde tem que chegar. Se depender de mim, da Soninha e das pessoas que estão na Mesa, a gente vai dar continuidade, é só combinar a forma de fazer, e combinamos depois, para levar ao Prefeito e ele se posicionar.

Antes do encerramento, quero dizer o seguinte: o avó do atual Prefeito, Mario Covas, não sei se todos o conheceram, tinha duas frases: “Prefiro um ‘não’ bem explicado do que um ‘sim’ que eu não vá cumprir”, que eu achava uma frase sincera. A outra era “Não tem governo ruim para povo organizado”. Se o governo vai mal é porque o povo não está em ciam do governo. Ponto final. Se o povo juntar em cima do governo, o povo remove montanhas. Tira governo, põe governo, faz o que quiser. Faz decreto, tira decreto. O povo é soberano se estiver

organizado e mobilizado na causa. E isso, infelizmente, nessa pauta que estamos tratando, está ainda devendo.

Estou há 19 anos falando disso. E sabem qual é o meu apelido aqui? Puseram para me desmoralizar: Al Gore. Mas eu fico orgulhoso que me arrumaram um nome legal.

Às vezes, a gente se sente só. Por isso que fiquei muito feliz quando a Sra. Marília me procurou, conversou comigo, fui à manifestação e achei sinceramente que a manifestação se politizou muito, porque virou uma bandeira política, partidária. Aquilo é ruim, espantou gente, eu acho que poderia ter sido encaminhado de forma mais supra. Mas foi bom, teve um número bom de pessoas, a questão do clima foi para a pauta, eu acho que foi positivo. Poderia ter sido pouco menos estreito, mas passou. Na próxima, a gente procura discutir e dar uma corrigida.

Estou sendo sincero porque não estou aqui para ganhar voto, porque já superei isso. Estou aqui para a gente trabalhar juntos numa causa. A causa do clima, eu concordo com ela, é emergencial, passou da hora. E a cidade de São Paulo está atrasada na pauta. Vamos ser sinceros: acabaram com a Ecofrota, estão destruindo as poucas reservas de mata que nós temos, onde nasce a água.

Eu mandei 700 mil comunicados e pouquíssimas pessoas disseram “O que eu posso fazer para ajudar?” Eu vejo os homens jogando a mata ao chão todos os dias, dia e noite, e põem fogo. E não é movimento popular de moradia, viu Carlos. Se fosse movimento popular, nós trataríamos de outra maneira. A primeira ocupação de terra que teve nesta Cidade, eu dormi sete dias lá com a minha malinha de médico para não deixar a polícia bater no pessoal. Foi lá na Vila 1° de Outubro, em Guaianases. Movimento popular de moradia é desespero de causa de quem que um teto para morar. Crime organizado, derrubando, loteando e vendendo é outra história, não dá para tratar as coisas iguais, senão a gente compara uma muzema ao problema de uma pessoa que está embaixo do viaduto; e não é igual. Muzema e isso que estão fazendo aqui é gente que tem dinheiro, é crime, enfiado em tudo quanto é lugar deste país, tudo que é instituição. Ou você obedece ao negócio deles, ou eles mandam te

matar. Então não é movimento de moradia, não é Boulos da vida. Desmata, mas a gente conversa de outra maneira, tem mais razoabilidade.

Por exemplo, na Operação em Defesa das Águas, onde tinha ocupação de movimento social, foi tirado levando para conjunto habitacional. Eu posso levar para vários conjuntos habitacionais que o pessoal tirou ali da beira da represa e construiu. Ali perto de Diadema mesmo tem um com seiscentos e tantos apartamentos. Então são coisas diferentes.

Eu fiquei muito feliz quando vi a juventude se levantar e falei: “Pelo amor de Deus! Até que enfim alguém vai para a rua berrar”. A minha ídola de vida é a Gretã, porque quem é de direita, mas é racional, eu respeito. Tem outras pessoas de direita que pensam, conservadoras, que têm racionalidade, humanismo. Agora essa que está aí hoje é canibal.

Tentaram desmoralizar a menina, ao dizer que a menina fez careta. Se eu chegar na frente do Trump, eu nem sei como é que eu vou me comportar, vai ser muito pior do que uma careta, porque para nós que somos ambientalistas aquilo é a própria encarnação do demo, mas não é? Esse homem está atrapalhando a humanidade. A humanidade não pode depender de um cara desse e do nosso Presidente, que é um “trampinho” magricelo. Um ogro, mal intencionado.

Se nós não nos organizarmos, nem Bruno Covas, nem João Doria. A pauta do João Doria está longe de mudanças climáticas, longe, passa à distância dele. Ele pode fazer um “sombodylovezinho” para agradar a gente, passar um melzinho na boca, mas esse cara não tem a menor preocupação com a questão ambiental. Ele vai limpar o Tietê, pode até limpar para dar vitrine. A hora que limpar o Tietê, se isso continuar, a represa vai secar; vai ser um Tietê com represa seca. Esse vai ser o resultado.

Portanto, estou disposto a ajudar. E a Vereadora Soninha é uma das pessoas que assumem essa pauta junto comigo. Aqui somos oito; no máximo, dez. Os outros nos ouvem espantados, desesperados, mas não é o dia a dia deles; nós somos 55. O Vereador Xexéu Tripoli também tem uma pauta ambiental própria, tem a questão dos animais, agora adotou a questão do plástico, tem feito coisas, projetos e tal. Mas se a gente não tiver o povo aqui dentro

sentado nessas cadeiras fazendo colocações, como foi feito aqui na Mesa, a gente não tem força para nada não.

Por que o negócio do ônibus, que foi falado aqui, teve esses prazos longos? Porque a mobilização social foi aquém do que devia. Eu, quando aprovou o projeto, ajoelhei e rezei para Deus, porque nem aquilo eu tinha esperança, porque considerando a força das montadoras, dos empresários de ônibus de São Paulo, dos donos de micro-ônibus, que vieram aqui com 600 pessoas. Quantos ambientalistas havia aqui, no dia da audiência? Se houvesse 20, era muito. Quantos motoristas e donos de micro-ônibus havia aqui, para dar cinco anos de carência para eles? Havia 600 – e nós, ali, à Mesa.

Eu estou dizendo isso porque eu acho que queremos ajudar. A mobilização quer ajudar a organização. Não estou aqui falando em nome de partido. Eu tenho meu partido, mas o ambientalismo não tem partido. Quem levar bandeira de partido está errado, porque divide. Divide, mesmo. (Palmas)

Então, vamos fazer o negócio de uma maneira... Vou falar para você, Marília: você, as suas companheiras e os seus companheiros, essa juventude, vocês estão pegando o bastão da nossa mão. Nós estamos cansados de carregar esse bastão. Esse bastão pesa. Nós vamos ajudar a levar o bastão. O Prof. Gylvan está aqui. Quantos anos o senhor tem, professor? Pode falar?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Não sabe. É do tempo do Arrhenius. Lembra do Arrhenius, que descobriu a questão da temperatura, lá? Então, está aqui, à Mesa. Veio com andador.

Eu vejo a Laura. Ela batalha, na Prefeitura, para a agenda do clima entrar, mas ela não é a Prefeita e não é hegemônica. Eu sei como é, poxa! Eu fui Secretário. Eu mendigava para os outros secretários, para botar a agenda na pauta. Eu mendigava. Os caras não estão nem aí. Isso é a realidade.

Agora, se houver povo organizado chegando junto, massa humana, gente,

principalmente, jovem, vindo junto, vai achar em nós aliados. Nós não somos adversários nem inimigos. Nós somos aliados da causa e temos coisas feitas pela Cidade e pela causa, com toda dificuldade que vocês imaginarem. Estamos aqui, à disposição. Acho que a Vereadora Soninha Francine também está à disposição, para dar continuidade, para levar esta carta para o Prefeito. Não vou prometer para você que ele vai assinar. Não dá, também. Seria demais, não é?

A SRA. SONINHA FRANCINE – A gente sabe.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Temos de pedir para ele cumprir a Lei das Mudanças Climáticas que São Paulo tem. São Paulo não precisa de mais leis. São Paulo tem o arcabouço legal perfeito. É só botar em prática.

Eu me lembro de um Vereador, aqui, que queria colocar tomada de carro elétrico nos condomínios. Olhem, lá! O Secovi vetou e S.Exa. não conseguiu até hoje aprovar a lei, por força do Secovi. Tudo que tira um tostãozinho das incorporadoras imobiliárias... Essas, sim, fazem da Cidade o que querem. Fazem de gato e sapato. Tiram a nascente de um lado. Botam a nascente do outro. Aterram a nascente. Tiram árvore. Pintam o cão. Essas são poderosas. Eles não têm nenhum compromisso ambiental. Tirando um ou outro empresário da incorporação imobiliária, o compromisso deles é fazer aqueles demônios daqueles apartamentos, vender e botar o dinheiro no bolso. Infelizmente, esse pessoal não caiu na real.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Há quarto andar de garagem e outras coisas que não é o caso de ficarmos discutindo. Eu falo isso abertamente e falo os nomes.

Para conquistarmos o Parque Augusta, quase apanhamos do dono da empresa, lá, da Setin e da Cyrela, com a Célia Marcondes e outros colegas do movimento, mas nós ganhamos a guerra. Por quê? Porque juntou gente. Juntou povo em torno do Parque Augusta. Então, se nós juntarmos mobilização de gente, sem preconceito... Quem quiser vir, que venha, de qualquer religião, de qualquer cor, de qualquer idade, o que for. Carnívoro pode vir, com a maior tranquilidade. Depois, cortamos a carne, mas venham. Está certo? Temos bons aliados.

Está faltando massa no nosso trabalho, massa humana.

(NÃO IDENTIFICADA) – Muito obrigada, Laura, Denardi, Galvão, Vereadora Soninha Francine, Vereador Natalini, Prof. Luiz e Prof. Thais. Obrigada pela presença.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Não tendo nada mais a tratar, eu declaro encerrada a audiência.

Muito obrigado. Parabéns a vocês! Parabéns a todos! (Palmas)